



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026

CONTRATANTE:

Secretaria Municipal de Governança e Transformação Digital

OBJETO: Contratação de empresa especializada para executar serviços de instalação de cabeamento óptico em fibra, incluindo a abertura e recomposição da arquitetura de layout, a passagem e instalação da infraestrutura necessária, assim como o lançamento, fusão e documentação dos cabos, com o intuito principal proporcionar acesso à rede corporativa da PMRO em diversas unidades de serviços públicos localizadas principalmente em Cantagalo e Rocha Leão, além das unidades adjacentes no município de Rio das Ostras, RJ, conforme Contrato de Repasse nº 913411/2021/MDR/CAIXA.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 581.715,89 (quinhentos e oitenta e um mil, setecentos e quinze reais e oitenta e nove centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 29/05/2026 às 09:00 h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço global

MODO DE DISPUTA:

Aberto e Fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:

NÃO

SUMÁRIO:

PREÂMBULO

1. DO OBJETO
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
6. DA FASE DE JULGAMENTO
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO
8. DOS RECURSOS
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
11. DA CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO
12. DO PRAZO, DA PRORROGAÇÃO E DO REAJUSTE CONTRATUAL
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS





EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEP

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS, através da Secretaria Municipal de Licitações, Compras e Contratos - SLCC, torna público que, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL, DE AMPLA CONCORRÊNCIA**, nos termos da Lei Federal nº 14133/2021 e alterações supervenientes, Lei Complementar nº 123/2006 com alterações inseridas pela Lei Complementar nº 147/2014 e pela Lei nº 11488/2007, art. 34, e, de forma suplementar pelos Decretos Municipais nº 3884/2024, 4039/2024 e mediante as exigências estabelecidas neste Edital.

Comissão de Contratação I – CC I

Data da sessão: 29/05/2026

Horário: 09:00 h (Horário de Brasília)

Endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br

Código UASG: 982921

Modo de Disputa: Aberto e Fechado

Participação: - Ampla Concorrência

E-mail: cpl1pmro@gmail.com / delcopmro@gmail.com

Tel: (22) 2771-5543 / 2771-6404

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a **contratação de empresa especializada para executar serviços de instalação de cabeamento óptico em fibra, incluindo a abertura e recomposição da arquitetura de layout, a passagem e instalação da infraestrutura necessária, assim como o lançamento, fusão e documentação dos cabos, com o intuito principal proporcionar acesso à rede corporativa da PMRO em diversas unidades de serviços públicos localizadas principalmente em Cantagalo e Rocha Leão, além das unidades adjacentes no município de Rio das Ostras, RJ, conforme Contrato de Repasse nº 913411/2021/MDR/CAIXA, de acordo com condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.**

1.2 A licitação será realizada em grupo único, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para os itens que o compõe.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF, que estiverem de acordo com o Termo de Referência, até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.





EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEP

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

2.5. A participação é de Ampla Concorrência.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. Cujo sócio e/ou dirigente mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e/ou civil com o prefeito, seu Vice, vereadores, Secretários e Subsecretários ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, tais como procuradores municipais, assessores jurídicos, técnicos da Controladoria-Geral do Município interno, membros das comissões de licitações, independentemente dos mesmos possuírem função gratificada ou de ser ocupante de cargo comissionado, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.7 Havendo alguma das incompatibilidades elencadas no item 2.6.5 e 2.6.10 a desincompatibilização, para ser válida, deverá ocorrer, no mínimo, 01 (um) ano antes da data marcada da licitação, com fundamento no artigo 136 da Lei nº 066/20219 – Estatuto do Servidor Público.

2.8 O rol descrito no item 2.6.5 é meramente exemplificativo, podendo englobar qualquer servidor público municipal lotado em qualquer Secretaria ou Órgão, desde que efetivamente comprovada a possibilidade de interferência no certame ou na execução do contrato, promovendo favorecimento indevido;

2.9 O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF**

2.10 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12 O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.14 A vedação de que trata o item 2.6.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.15 De acordo com a súmula nº 12/2023 do TCE, a participação de sociedades empresárias em recuperação judicial ou extrajudicial em procedimentos licitatórios deve ser permitida, em observância ao princípio da preservação da empresa, desde que haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado/homologado pelo juízo competente quando da entrega da documentação de habilitação.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.11.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua execução em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumprirá ao longo de toda a execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como, as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, e sempre que solicitado pela Administração, a contratada comprovará o cumprimento da reserva desses cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEP

- 3.5.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido, **quando for o caso**, em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6.1.** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.6.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.7.** A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.8.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.11.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.11.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.12.1** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;
- 3.12.2** e percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.13.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.15.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1.** valor unitário e total do item;
- 4.1.2.** Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 4.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.9.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no termo de referência, quando participarem de licitações públicas;
- 4.10.** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência e Critério de Aceitabilidade, anexo III do edital de licitação.
- 4.11.** O formulário da Proposta de Preços, em sua forma prevista no anexo IV do edital de licitação, somente será utilizado pelo licitante vencedor, com vistas à readequação de sua oferta final.
- 4.12.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX e at. 75 da CRFB; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

- 5.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3.** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 5.3.1.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.3.2.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.4.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.5.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.6.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.7.** O lance deverá ser ofertado pelo valor do item.
- 5.8.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.9.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.10.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01% (um centésimo por cento).
- 5.11.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.12.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.13.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.13.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.13.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.13.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.13.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.13.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.14.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

- 5.14.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.14.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.14.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.14.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.14.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.15.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 5.15.1.** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 5.15.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.15.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.15.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.15.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.15.6.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.16.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.17.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.18.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.19.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.20.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.21.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

5.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.22.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.22.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.22.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.22.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.23. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.23.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.23.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.23.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.23.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.23.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.23.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.23.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Rio de Janeiro;

5.23.2.2. Empresas brasileiras;

5.23.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.23.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009

5.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.24.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.24.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

5.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF devendo disponibilizar esta documentação às demais licitantes, tendo em vista o princípio da Transparência, previstos no artigo 5º da Lei 14.133/2021, para que, eventualmente, possam recorrer.
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.7.1.** Contiver vícios insanáveis;
- 6.7.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.7.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

6.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário*.

6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar a inabilitação.

7.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.1.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Cooperativas, estas últimas, desde que preencham os requisitos previstos no art. 34, da Lei n.º 11488/2007, por ocasião da participação em Certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição.

7.18. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.19. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, na forma do artigo 43, parágrafo primeiro, da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 155/2016.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEP

7.20. O Não preenchimento da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 90, da Lei n.º 14.133, de 21 de junho de 2021, sendo facultado à Administração Pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem da classificação, para assinatura do Contrato, ou Revogar a Licitação;

7.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, no Decreto Municipal nº 4039, de 2024, e nas demais cominações legais, resguardado o direito à ampla defesa, a Administração poderá aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I- Advertência

II- Multa:

a) compensatória;

b) de mora.

III- Impedimento de licitar e contratar



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEP

IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.1.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste item poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “a” do inciso II.

9.1.2. A sanção de multa será aplicada por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I- Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso injustificado, na entrega de material ou execução de serviços e 1% (um por cento) ao dia após o 15º (décimo quinto) dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente;

II- O atraso na prestação da garantia contratual pelo licitante vencedor ou contratante acarretará a aplicação de multa, nos seguintes termos:

a) atraso de 30 (trinta) dias, contados do termo final para a prestação da garantia: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da garantia;

b) atraso entre 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias, contados do termo final para a prestação da garantia: multa de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor da garantia;

c) atraso superior a 60 (sessenta) dias do termo final para a prestação da garantia: multa de 5% (cinco por cento) do valor da garantia.

III- De 3% (três por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços ou para a contratação direta, para aquele que:

a) na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas;

b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

d) tumultuar a sessão pública da licitação;

e) descumprir requisitos de habilitação na modalidade pregão, a despeito da declaração em sentido contrário;

f) propor recursos e impugnações manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;

g) deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

h) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato, nos termos do inciso XVI, do art. 92, da Lei Federal nº 14.133/2021;

i) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;

j) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;

k) não devolver os valores pagos indevidamente pelo Contratante;

l) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;

m) utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

n) tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;

o) deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual-EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;

p) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;

q) deixar de repor funcionários faltosos;

r) deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;

s) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

t) deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;

u) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada.

IV- De 10% (dez por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços, em caso de:

a) inexecução parcial, com ou sem prejuízo para o ente Contratante;

b) quando o infrator der causa, respectivamente, à rescisão do contrato ou ao cancelamento da Ata de Registro de Preços.

V- De 20% (vinte por cento) a 30 % (trinta por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços, em caso de:

a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

g) dar causa à inexecução total do objeto do contrato, da Ata de Registro de Preços;

h) recusa do infrator em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente, salvo se a recusa em assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços for motivada por fato impeditivo relevante, do qual não tenha dado causa ou concorrido negligentemente, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, mediante decisão favorável e motivada da autoridade competente;

i) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

9.1.2.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste instrumento.

9.1.2.2. Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o *caput* e seus incisos para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação.

9.1.2.3. O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

9.1.2.4. A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste instrumento, cumulando-se os respectivos valores.

9.1.2.5. Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios estabelecido no Decreto Municipal nº 4039, de 2024:

9.2. Será aplicada a sanção de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I- Impedimento pelo período de até 01 (um) ano, caso o infrator:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- e) tenha sofrido três penalidades de advertência, relativas ao mesmo contrato, em periodicidade inferior a seis meses;
- f) recuse-se injustificadamente a cumprir os prazos previstos no contrato e/ou na Ata de Registro de Preços;
- g) tumultue a sessão pública de licitação;
- h) dê ensejo ao cancelamento parcial do contrato e/ou da Ata de Registro de Preços;
- i) deixe de devolver os valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;
- j) ofenda agentes públicos no exercício de suas funções, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis;
- k) deixe de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006;
- l) induza em erro a Administração;
- m) seja reincidente na penalidade de multa relativa ao mesmo contrato, em razão de:
 - 1. atraso na execução do objeto;
 - 2. alteração da quantidade ou qualidade do objeto contratado;
 - 3. não entrega, no prazo estipulado pela Administração, dos documentos necessários para a liquidação e pagamento da despesa.
- n) atraso na execução do disposto na Ata de Registro de Preços ou no contrato;

II- Impedimento pelo período entre 01 (um) ano até 02 (dois) anos, caso o infrator:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) a paralisação injustificada do serviço, da obra ou do fornecimento de bens;
- c) à rescisão do contrato e/ou Ata de Registro de Preços;
- d) recusa em contratar dentro do prazo de validade da proposta;
- e) não manutenção da proposta, durante o seu prazo de validade.

III- Impedimento pelo período entre 02 (dois) anos até 03 (três) anos, caso o infrator:

- a) der causa à inexecução total do contrato;
- b) entregue mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;
- c) apresente documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações ou contratações diretas, no momento da contratação ou durante a execução do contrato;
- d) ofereça vantagens a agentes públicos com o fim de obter benefícios indevidos;
- e) comportamento inidôneo;
- f) apresentação de documentação falsa;
- g) falha ou fraude na execução do contrato;
- h) fraude fiscal.

9.2.1. A aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar por outras esferas governamentais não produz efeitos diretos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

9.3. Será aplicada a sanção de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR** com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de seis anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I- Pelo período entre 03 (três) anos até 04 (quatro) anos, no caso de o infrator:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

II- Pelo período entre 04 (quatro) anos até 05 (cinco) anos, no caso de o infrator:

a) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

III- Pelo período entre 05 (cinco) anos até 06 (seis) anos, caso o infrator:

a) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou emissão de declaração falsa);

b) existência de sentença judicial condenatória transitada em julgado pela prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou encargos sociais;

c) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

9.3.1. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, no caso das infrações previstas no art. 8º do Decreto Municipal nº 4039, de 2024, pelo prazo máximo de 06 (seis) anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.3.2. cometimento de mais de 01 (uma) infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente 01 (uma) delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

9.3.3. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.3.4. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.3.5. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.3.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.3.7. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por e-mail, mediante petição a ser enviada para o endereço eletrônico da Comissão de Contratação I: cpl1pmro@gmail.com, - protocolada no endereço da sala da Comissão de Contratação – CC I, situada à Rua Campo de Albacora, nº 102 – QD 07 – LT 22 – sobreloja – sala 06 – Loteamento Atlântica – Rio das Ostras/ RJ. Maiores Informações: (22) 2771-5543.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEP

10.3.1 As respostas aos pedidos de esclarecimento e/ou de impugnação serão divulgadas concomitantemente nos endereços eletrônicos www.comprasgovernamentais.gov.br, para conhecimento geral e dos interessados em participar da licitação, e vincularão os participantes e a Administração quanto ao seu conteúdo.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DA CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO

11.1. Homologado o resultado da licitação e empenhado, a Secretaria Municipal de Licitações, Compras e Contratos - SLCC convocará a ADJUDICATÁRIA para que no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento do e-mail enviado a empresa ou convocação, assine o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e nos Decretos Municipais nºs 3884/2024, 4039/2024 e neste Edital.

11.1.1 O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso, e, desde que, seja aceito os motivos pela administração, podendo esta, se assim o entender, utilizar-se da prerrogativa prevista na Lei Federal 14.133/2021.

11.2. Na hipótese do não atendimento à convocação, para assinatura do contrato ou instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou havendo recusa em fazê-lo, poderá o Pregoeiro, sem prejuízo das aplicações das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais, convocar os demais licitantes, desde que respeitada a ordem de classificação e ACEITAS AS MESMAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA VENCEDORA, para, após a verificação dos requisitos de habilitação, proceder à assinatura.

11.2.1 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, o município poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a elaboração do contrato ou da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o respectivo valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, sem prejuízo de eventual negociação.

11.3. Os atos decorrentes da nova convocação a que se refere o item 11.2, serão realizados através de convocação pelo sistema eletrônico, com a convocação direta dos licitantes remanescentes classificados para a análise da aceitabilidade do preço, e se for o caso, verificação – Documentação de Habilitação, com observância de todos os termos previstos neste Edital.

11.4. Uma vez assinado o contrato será publicado no Portal Nacional de Compras Públicas -PNCP e no portal da transparência do Município de Rio das Ostras, dentro do prazo previsto em na Lei Federal 14.133./2021 bem como no Decreto Municipal 3884/2024.

12. DO PRAZO, DA PRORROGAÇÃO E DO REAJUSTE CONTRATUAL

12.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contado da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

12.2 Considerando o disposto no art. 25, § 8º, da Lei nº 14133/2021, bem como considerando que o prazo começa a ser contado do orçamento estimado, segundo o § 3º do art. 92 da mesma Lei. Os preços inicialmente são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da conclusão do orçamento estimado definitivo.

12.3 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, sem prejuízo da formalização adequada, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, na forma do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, caso em que deverá o



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

CONTRATANTE providenciar a readequação do cronograma fixado para o Contrato, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

12.4 As regras referentes ao reajuste contratual serão aquelas estabelecidas no Termo de Referência e no Contrato, anexos a este Edital.

12.5 Os pedidos de reajuste, repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro, conforme o caso, deverão ser respondidos pela Contratante no prazo de 90 (noventa) dias após conclusão da análise final da Controladoria-Geral do Município, devendo a Contratada juntar toda a documentação que for solicitada.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.

13.11. As empresas deverão comunicar qualquer alteração de endereço ou contato celular com WhatsApp habilitado para receber todas as notificações do Município de Rio das Ostras, sob pena de validade das notificações realizadas unicamente pelo Jornal Oficial do Município.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

13.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO;
ANEXO III – CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE;
ANEXO IV – PROPOSTA DE PREÇOS.

Rio das Ostras, 13 de maio de 2026.

Ubiratan Nunes da Silva
Secretário Municipal de Licitações, Compras e Contratos



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA COMPRAS DE TIC – LEI 14.133/2021

(Processo Administrativo nº 34441/2021)

Referência: Arts. 12 a 24 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para executar serviços de instalação de cabeamento óptico em fibra, incluindo a abertura e recomposição da arquitetura de layout, a passagem e instalação da infraestrutura necessária, assim como o lançamento, fusão e documentação dos cabos, com o intuito principal proporcionar acesso à rede corporativa da PMRO em diversas unidades de serviços públicos localizadas principalmente em Cantagalo e Rocha Leão, além das unidades adjacentes no município de Rio das Ostras, RJ, conforme Contrato de Repasse nº 913411/2021/MDR/CAIXA.

1.2. Os serviços, materiais e quantidades a serem fornecidas durante o período contratual estão listados na Tabela a seguir.

CATSER - 13692					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Serviço de instalação de cabeamento óptico em fibra, incluindo a abertura e recomposição da arquitetura de layout, a passagem e instalação da infraestrutura necessária, assim como o lançamento, fusão e documentação dos cabos, com o intuito principal proporcionar acesso à rede corporativa serviços de instalação de cabeamento óptico em fibra, incluindo a abertura e recomposição da arquitetura de layout, a passagem e instalação da infraestrutura necessária, assim como o lançamento, fusão e documentação dos cabos, com o intuito principal proporcionar acesso à rede corporativa.	Serviço	1	R\$ 581.715,89	R\$ 581.715,89
DETALHAMENTO					
1.1	Serviço de instalação de cabo óptico com 12 fibras. Requisitos mínimos obrigatórios: autossustentável para lançamento entre vãos de pelo menos 80 metros; núcleo seco; ABNT NBR 14160 e certificação ANATEL; possuir impresso na capa externa: nome do fabricante, marca do produto, data de fabricação, número do lote de fabricação;	M	41.266,80	R\$ 3,96	R\$ 163.416,53



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

	identificação em cada poste e ponto de emenda.				
1.2	Fornecimento de cabo óptico com 12 fibras ASU12FO, autossustentável para lançamento entre vãos de pelo menos 80 metros; núcleo seco; ABNT NBR 14160 e certificação ANATEL; possuir impresso na capa externa: nome do fabricante, marca do produto, data de fabricação, número do lote de fabricação; identificação em cada poste e ponto de emenda. Considerando 8% de perda devido curva de dilatação térmica.	M	41.266,80	R\$ 4,40	R\$ 183.224,59
1.3	Fornecimento de conjunto abraçadeira BAP número 4 para equipagem de poste.	UN	1.465	R\$ 53,81	R\$ 78.831,65
1.4	Fornecimento de alça pré-formada para cabo óptico CCE-AFL-7,40 ASU80.	UN	2.930	R\$ 9,63	R\$ 28.215,90
1.5	Fornecimento de plaqueta de identificação para cabo óptico em PVC rígido.	UN	2.930	R\$ 11,70	R\$ 34.281,00
1.6	Fornecimento Adaptadores ópticos SC/APC.	UN	488	R\$ 3,50	R\$ 1.708,00
1.7	Fornecimento Cordão óptico simplex monomodo LC/UPC x SC/APC 3mm 2 metros. Suporta as principais aplicações segundo normas IEEE 802.3 (Gigabit e 10 Gigabit Ethernet), ANSI T11.2 (Fibre Channel) e ITU-T-G-984; Montado e testado 100% em fábrica; Garantia padrão do fabricante.	UN	18	R\$ 23,61	R\$ 424,98
1.8	Serviço de instalação de Distribuidor Interno Óptico 19" (DIO). Requisitos mínimos obrigatórios: completo e fusionado; com 24 adaptadores ópticos SC/APC.	UN	18	R\$ 669,53	R\$ 12.051,54
1.9	Fornecimento do Distribuidor Interno Óptico 19" 24 FO (DIO).	UN	18	R\$ 669,47	R\$ 12.050,46
1.10	Serviço de instalação de conjunto de Rack 19 polegadas 8U x 570mm.	UN	18	R\$ 791,25	R\$ 14.242,50
1.11	Fornecimento de conjunto de Rack 19 polegadas 8U x 570mm. Requisitos mínimos obrigatórios: Porta frontal de acrílico possuindo fechadura com duas chaves; Laterais removíveis em chapa de aço; primeiro plano móvel para montagem com furações para porca do tipo gaiola; fabricado em estrutura de perfil de alumínio ou aço; possuir aberturas no teto e na base para passagem de cabos; possuir uma régua padrão 19 polegadas com oito tomadas 2P+T – 10 amperes padrão NBR 14136; Fabricado em perfil de alumínio ou aço e laterais removíveis em chapa de aço carbono; Fornecido com no mínimo 32(trinta e dois) conjuntos composto por	UN	18	R\$ 922,78	R\$ 16.610,04



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

	porca gaiola construída em chapa de aço, bi-cromatizada e parafuso philips niquelado; acabamento com pintura na cor preto padrão RAL 9011; Garantia padrão do fabricante.				
1.12	Placa de sinalização preventiva para obra na via pública, de acordo com a resolução da Prefeitura-RJ, compreendendo fornecimento e pintura da placa e dos suportes de madeira. Fornecimento e colocação.	UN	6	R\$ 900,45	R\$ 5.402,70
1.13	Unidade Ref.P/Compl. Adm local, Considerando: Consumo água, telefone, energia elétrica, material limpeza, escritório, computadores. licença de obras, móveis, utensílios, ar condicionado, bebedouro, ART, RRT, fotografias, uniformes, diárias, exames admissionais e periódicos demissionais, cursos capacitação e treinamento, itens complementem desp. necess. excl. desp. com café da manhã, refeição, cesta básica e vale transporte.	UR	100	R\$ 312,56	R\$ 31.256,00
TOTAL GERAL					R\$ 581.715,89

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como serviço comum.

1.5. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os profissionais da CONTRATADA e a CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, podendo ser prorrogado conforme previsto na Lei.

1.6.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, sem prejuízo da formalização adequada, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, na forma do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, caso em que deverá o CONTRATANTE providenciar a readequação do cronograma fixado para o Contrato, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.8. Em caso de divergência entre a descrição do CATMAT/CATSER e o Termo de Referência, prevalecem as especificações do TR.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

2.1. O serviço visa a expansão e adequação na rede de fibra ótica, atendendo aumento da demanda de pontos de rede, com um conjunto de organizações com uma filosofia de trabalho com um viés tecnológico/científico, sendo essencial a manutenção e a garantia da disponibilidade de acesso seguro e de qualidade para o bom desempenho das atividades fins dos setores Administrativos.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

- 2.2. O serviço de instalação do cabeamento de fibra ótica deverá estar de acordo com as especificações e normas técnicas definidas nesse edital incluindo o fornecimento de todos os insumos (cabos, conectores, racks, dutos e etc).
- 2.3. A solução está dividida em **grupo único**, contendo todos os itens necessários para alcançar o objetivo da contratação.
- 2.4. As quantidades para cada item foram obtidas com base em cálculo, elaborado de forma a atender a demanda em sua totalidade, mas preocupando-se em minimizar os custos.
- 2.5. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

Descrição do serviço

- 2.6. A descrição dos serviços a serem realizados, não se limitando a:

2.6.1. Lançamento/passagem de Cabo de Fibra Ótica com 12 fibras (metro) - Compreende esta unidade, entre outros, os seguintes trabalhos: Fornecimento e inspeção do cabo óptico de 12 fibras conforme norma ITU-T G.652.D e ensaio de atenuação máximo $\leq 0,35$ dB/km @ 1310 nm; desembalar, conferir carretel, checar integridade da capa LSZH/PE e apresentar certificado de fábrica; preparação da infraestrutura para o lançamento dos cabos utilizando posteamento pré-existente; tração controlada ≤ 80 % da tensão de instalação recomendada pelo fabricante (máx. 270 N, salvo especificação diversa); uso de lubrificante apropriado quando houver duto contínuo; roldanas e passadeiras para trechos aéreos ou verticais; fixação, proteção e organização; identificação por meio de etiquetas termo-encolhíveis ou plaquetas de PVC a cada poste e ponto de emenda; retirada de bobinas vazias, cabos excedentes e materiais de embalagem, destinando-os conforme legislação ambiental local.

2.6.2. Instalação completa de Rack 19" (unidade) - Compreende esta unidade, entre outros, os seguintes trabalhos: Fornecimento do rack segundo especificação técnica; Sinalizar a área de trabalho; Desembalar as peças que compõem o gabinete; Conferência das peças e acessórios para montagem; Montagem do rack; Marcação da posição de instalação do gabinete na parede; Colocação da proteção (lona plástica ou Madeirit) nos equipamentos instalados no ambiente; Realizar a furacão e colocação das buchas de fixação na parede ou piso; Fixação do gabinete através de parafusos e arruelas lisas; Furacão do gabinete para entrada das tubulações e eletrocalhas de acordo com o projeto; Instalação de acessórios como bandejas, calha de tomadas, organizadores verticais e horizontais; Limpeza do local e remoção do material sobrando.

2.6.3. Execução de furo – Serviço que compreende, entre outros, os seguintes trabalhos: Marcar local do furo; Identificar possíveis interferências evitando danos a estrutura existente (rede elétrica, pluvial, fluvial, incêndio, gás, etc.); Uso de qualquer sistema de trabalho para a execução dos furos; Executar furo na dimensão especificada; Transportar a parede com estrutura em alvenaria para passagem de eletroduto, eletrocalha, dutos de alumínio e canaleta; Reparar parede de acordo com o padrão existente no local; Remoção e transporte de sobrados; Limpeza do local. NOTA: Todos os furos em parede de alvenaria, divisórias, piso, laje entre outros deverão ser furos técnicos realizados com maquinário apropriado. Todos os materiais e ferramentas necessários para a perfeita execução dessa atividade serão por conta da CONTRATADA, inclusive mobilização e desmobilização. Os serviços de recomposição civil envolvem as atividades de limpeza da área a ser emassada, aplicação de massa, lixamento após secagem, reaplicação de massa para correção de defeitos que ocorram, acabamento e pintura no padrão existente. Todos os materiais e ferramentas necessários para a perfeita execução dessa atividade serão por conta da CONTRATADA, inclusive mobilização e desmobilização.

- 2.7. Todos os materiais devem atender as especificações contidas neste TR e deverá conter todos os acessórios, insumos, serviços e meios necessários à correta instalação mesmo que não esteja listado no descritivo de cada item;



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEP

Descrição dos equipamentos/materiais

- 2.1. Cabo Óptico Externo Monomodo com 12 Fibras:
 - 2.1.1. Cabo óptico do tipo externo composto por 12 fibras, revestimento da fibra em acrilato;
 - 2.1.2. Tipo da fibra monomodo, autossustentável para lançamento entre vãos de até 80 metros;
 - 2.1.3. Núcleo seco;
 - 2.1.4. ABNT NBR 14160 e certificação ANATEL;
 - 2.1.5. Ser totalmente dielétrico, garantindo a proteção dos equipamentos ativos de transmissão contra propagação de descargas elétricas atmosféricas;
 - 2.1.6. Possuir resistência à umidade, fungos, intempéries e ação solar (proteção UV) e retardante a chama;
 - 2.1.7. Possuir impresso na capa externa: nome do fabricante, marca do produto, data de fabricação, número do lote de fabricação;
 - 2.1.8. O componente deverá acompanhar de todo material necessário à correta fixação nos postes;
 - 2.1.9. Deverá possuir 50 metros de sobra técnica, devidamente identificada e aparelhada, a cada 500 metros de fibra lançada;
 - 2.1.10. A fibra deverá possuir placa de identificação nos seguintes parâmetros:
 - 2.1.10.1. Identificação em cada poste e ponto de emenda;
 - 2.1.10.2. As etiquetas de identificação devem conter, no mínimo, as seguintes informações:
 - 2.1.10.2.1. Indicação do Município no cabo como: “Município de Rio das Ostras”;
 - 2.1.10.2.2. Telefone de contato do Município;
 - 2.1.10.2.3. Designação “Cabo Óptico”;
 - 2.1.10.2.4. Identificação do cabo/rota;
 - 2.1.10.2.5. Cor azul.
 - 2.1.10.3. Informações orientativas de dimensões da etiqueta e de tamanhos de letras;
 - 2.1.10.4. Tamanho recomendado: 60 mm x 100 mm, 3 mm de espessura;
 - 2.1.10.5. Tamanho das Letras: “Município de Rio das Ostras: 3,5 mm; Telefone de emergência: 4,0 mm; CABO ÓPTICO: 6,0 mm; Designação de cabo e rota: 4,0 mm. Imagem modelo para simples referência:



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEP

Município de Rio das Ostras	
<input type="checkbox"/>	Emergência: 0800 xxx xx xx
CABO ÓTICO	
<input type="checkbox"/>	Cabo: _____
	Rota: _____

2.2. Distribuidor Interno Óptico:

2.2.1. Componente organizador e distribuidor das instalações óticas em bandejas deslizantes de 06 até 24 fibras, segundo necessário, para montagem em bastidores de 19", que serão as encarregadas de proporcionar proteção às fibras terminadas;

2.2.2. As bandejas proporcionarão fixação para acopladores tipo SC/APC;

2.2.3. Suportarão, no mínimo, 24 (vinte e quatro) terminações de fibra ótica, segundo necessário a cada caso, e terão uma altura máxima de uma unidade (1U);

2.2.4. As bandejas serão de cor negra e suportarão até três módulos com acopladores ópticos;

2.2.5. As bandejas serão do tipo deslizante sobre trilhos e terão em seu interior os roteadores e fixadores para uma correta instalação dos cabos de acordo com as normas da indústria;

2.2.6. Deve haver uma cobertura transparente basculante sobre a saída dos patch cords ópticos com a finalidade de protegê-los e dar flexibilidade quanto do manuseio dos mesmos;

2.2.7. O componente deve ser acompanhado de extensões óticas conectorizadas, porcas gaiolas, parafusos, fitas autocolantes, e demais acessórios necessários para a correta fixação e identificação.

2.3. Rack 19" 8U x 570mm:

2.3.1. Possuir altura de 08U padrão 19";

2.3.2. Possuir profundidade de 570 mm;

2.3.3. Estrutura composta de 4 colunas, base e teto;

2.3.4. 1 par de planos de montagem;

2.3.5. Abertura de ventilação no teto;

2.3.6. Porta de aço/acrílico com fecho e chave;

2.3.7. Acompanhar porcas gaiola bicromatizada M5, arruelas lisas M5 zincada branco, parafusos cabeça panela phi-lips M5X16 niquelado, para atender todos os Us" frontais;



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

- 2.3.8. Deverá ser ofertado com todos os acessórios/partes necessários para permitir a montagem de equipamentos de 19" de imediato, ajustáveis em profundidade, em aço SAE 1008;
- 2.3.9. As longarinas verticais deverão possuir furação 1/2U para fixação de equipamentos e acessórios através de porca "gaiola" M5;
- 2.3.10. Possuir abertura na base e parte superior para entrada de cabos;
- 2.3.11. Compatível com as normas IEC 60297-3-100 e IEC 60297-3-105;
- 2.3.12. Pintura eletrostática Epóxi Pó Micro texturizada
- 2.4. Cordão óptico Simplex Monomodo SC/APC 2 metros:
- 2.4.1. Revestimento primário em acrilato e revestimento secundário em material polimérico e termoplástico;
- 2.4.2. Conector: SC;
- 2.4.3. Polimento: UPC ou APC;
- 2.4.4. Modelo: Simplex;
- 2.4.5. Espessura: 3 mm;
- 2.4.6. Conector: SC/UPC e SC/APC;
- 2.4.7. Montado e testado 100% em fábrica

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. As localidades de Rocha Leão e Cantagalo enfrentam, atualmente, um cenário de isolamento em relação à rede corporativa da Prefeitura de Rio das Ostras. Essa carência de conexão impede a oferta eficiente e segura de diversos serviços essenciais à população;
- 3.2. 4.2 - A implementação da infraestrutura proposta trará muitos benefícios. Além de permitir o acesso à rede e seus serviços, ela possibilitará o monitoramento remoto dos ativos de rede. A comunicação se tornará mais eficiente e segura, com a adição de redundância de acesso à rede já existente, graças à implementação de uma topologia em anel. Além disso, essa infraestrutura terá capacidade para futuras expansões, assegurando atendimento eficaz à população local;
- 3.3. 4.3 - A implantação dessa rede beneficiará diretamente e indiretamente as seguintes secretarias: Secretaria de Assistência Social (SEMAS), Secretaria de Meio Ambiente Agricultura e Pesca (SEMAP) e Secretaria de Educação Esporte e Lazer (SEMEDE), Unidades da Secretaria de Saúde (SEMUSA), Secretaria de Segurança Pública (SESEP) e a Secretaria de Transportes (SECTRA) também poderão usufruir dos serviços de rede, conforme descrito neste Memorial;
- 3.4. 4.4 - Além dos benefícios diretos, essa infraestrutura trará oportunidades de desenvolvimento. É o caso dos Correios na localidade de Rocha Leão e Cantagalo, do Departamento Agropecuário (DEAGRO), que atende aos produtores rurais, e de outros serviços públicos e parcerias que poderão ser implementados. Projetos como o Centro de Inclusão Digital e a Praça Conectada serão viabilizados com a criação dessa rede. Isso inclui o Centro Municipal de Qualificação Profissional (CMQP) localizado na Zona Especial de Negócios (ZEN);
- 3.5. Todos os itens não fracionáveis foram arredondados na composição de quantidade por unidade;
- 3.6. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025;



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

3.7. A presente contratação encontra aderência estratégica com o Plano de Governo do Município de Rio das Ostras, ao Decreto Municipal nº 3384/2024, que dispõe sobre procedimentos, requisitos de contratação no âmbito da Administração Municipal e dá outras providências, bem como, atende a Nota Técnica SGE nº 006/2023 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ) que trata da economicidade em contratações de bens e serviços da área de Tecnologia da Informação (TIC);

3.8. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

3.8.1. ID PCA no PNCP: 39223581000166-0-000001/2026

3.8.2. Data de publicação no PNCP: 30/04/2026

3.8.3. Id do item no PCA: 3506; 3508; 3509; 3507;

3.8.4. Classe/Grupo: 6015; 7050; 8145; 6070

3.8.5. Identificador da Futura Contratação: 982921-519/2026

Unidades contempladas no projeto

Unidade	Endereço
Prefeitura Municipal de Rio das Ostras	Rua Campo do Albacora, 75 Loteamento - Atlântica, Rio das Ostras - RJ, 28895-664
SESEP, SECTRAN, DEPAT	R. Niterói, 2099 - Atlântica, Rio das Ostras - RJ, 28895-886
Vila Olímpica	Rua Irmã Faustina, 762 - Village, Rio das Ostras - RJ, 28895618
PS Cantagalo	Estrada de Cantagalo, S/n - Cantagalo, Rio das Ostras - RJ, 28890-000
CRAS Norte	Rua Peperônia, 115 - Ancora, Rio das Ostras - RJ, 28899563
PS Claudio Ribeiro	R. Peperônia - Ancora, Rio das Ostras - RJ, 28899563
E.M. Trindade	Estrada Prof. Leandro Faria Sarzedas - Rio das Ostras - RJ, 28899853
E.M. Prof. Marinete Coelho	Estrada Prof. Leandro Faria Sarzedas, 49 - Rio das Ostras - RJ, 28899853
CRAS Cantagalo	Estrada Cantagalo S/Nº - Cantagalo, Rio das Ostras - RJ, 28890-000
Ginásio Esportivo José de Almeida	Rua Prefeito Cláudio Ribeiro S/Nº, Rocha Leão, Rio das Ostras - RJ, 28890-000
E.M. Carlos Mauricio	Estrada Rocha Leão - Rio das Ostras - RJ, 28890-000
E.M. Henrique Sarzedas	Rua Henrique Sarzedas, 373 - Rio das Ostras - RJ, 28890-000
E.M. Rocha Leão	Rua Henrique Sarzedas, 1089 - Rio das Ostras - RJ, 28890-



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

	000
CRAS de Rocha Leão	Rua Isolino Almeida, 161 – Rocha Leão, Rio das Ostras – RJ, 28890-000
P.S. Henrique Sarzedas	Rua Henrique Sarzedas, 375 – Rocha Leão, Rio das Ostras – RJ, 28890-000
Estádio Municipal Gilberto Mendonça dos Santos	Rua Isolino Almeida, S/Nº, Rocha Leão, Rio das Ostras – RJ, 28890-000
Centro de Reabilitação de Rocha Leão	Alameda Rosa Maria Palmira Gomes, S/Nº, Rocha Leão, Rio das Ostras – RJ, 28890-000
CMPQ CENTRO MUNICIPAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - ZEN	Rua do Engenheiro, Lote 9C, Quadra F, 28890-000, Rio das Ostras - RJ

Parcelamento da Solução de TIC

- 3.9. Os equipamentos, materiais e serviços foram agrupados em grupo único, composto pelos itens, conforme tabela constante do Termo de Referência.
- 3.10. O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do GRUPO, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 3.11. Considerando o número de itens, e a especificidade do serviço, considera-se que a alocação de mais de uma CONTRATADA seja impraticável, uma vez que a solução depende de que todos os itens sejam entregues no ato da execução do serviço. A entrega dos materiais de forma parcelada seria prejudicial pois impediria o serviço de ser realizado nos padrões e prazos definidos neste TR. Portanto, a consolidação desses itens em um único grupo (Grupo 1) é uma medida viável e estratégica para simplificar o processo de contratação.
- 3.12. A organização dos itens da presente licitação em grupos não prejudica a competição, pois não é realizada uma agregação inadequada com restrições indevidas, que poderiam ter impacto na competição do certame. Além disso, a adjudicação por grupos permite que se obtenha maiores resultados em função da economia da escala, que constituiu um objetivo relevante no âmbito de compras conjuntas. Por fim, tal solução se mostra técnica e operacionalmente mais adequada para a realidade de execução contratual dos órgãos e entidades interessados na compra.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. A contratação tem como objetivo a expansão e adequação da infraestrutura de cabeamento de fibra ótica. Tal contratação proporcionará avanços, resolvendo problemas como interligação de unidades afastadas à rede administrativa da Prefeitura.
- 4.2. Em face deste cenário, a execução dos serviços de cabeamento possibilitará um maior nível de acompanhamento e gerenciamento de toda a rede, tornando inclusive o trabalho da seção de informática mais eficiente do ponto de vista de resolução de problemas, com diagnósticos mais precisos além de diminuir o número de chamados;
- 4.3. As regras de negócio deverão prever não apenas a ampla competitividade, através da licitação focada no menor preço, como também será exigida experiência técnica para tais atividades e capacidade financeira de suportar os serviços pretendidos, que deverão ser realizados, conforme especificado no Edital.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

4.4. Serão estabelecidas exigências visando a ampla competitividade, sem renunciar à alta qualificação técnica e financeira, de forma que se atinja os objetivos determinados no projeto dentro dos prazos ajustados e com a qualidade exigida.

4.5. Atento às questões de qualidade do material e da mão de obra a serem empregados, visando mitigar possíveis problemas com materiais e mão de obra, foram feitos estudos preliminares relativos a garantias e abrangência destas;

4.6. A CONTRATADA deve seguir todas as normas de instalação recomendadas para cada serviço/material e aplicar as exigências específicas regulamentadas pela solução do fabricante. Isso permite contar com o amparo do fabricante em eventuais problemas identificados na execução ou dentro do período de garantia.

Requisitos de Capacitação

4.7. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;

Requisitos Legais

4.8. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), Decreto Municipal nº 3884/2024 e demais legislações aplicáveis.

4.9. Todos os serviços devem respeitar as normas relacionadas às especificações e regras de implantação de cabamentos estruturados, de acordo com cada item de serviço com seus materiais especificados neste termo de referência e seus adendos.

4.10. Como exemplos de normas, lista-se a seguir (podendo ser posteriores, conforme atualizações):

4.10.1. Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL nº 4/2014:

4.10.1.1. Limites de ocupação (40 cm da “faixa de telecom”)

4.10.1.2. Distâncias mínimas entre cabos de energia, neutro e telecom

4.10.1.3. Carga mecânica e flecha máxima por poste

4.10.1.4. Número máximo de pontos de fixação por poste (geralmente 5)

4.10.1.5. Obriga contrato com a distribuidora + vistoria técnica

4.10.2. ABNT NBR 14565 – Redes externas de telecomunicações – Cabeamento óptico e metálico

4.10.2.1. Procedimentos de lançamento, tensão de tração ≤ especificação

4.10.2.2. Raio mínimo de curvatura (10 × Ø em definitivo; 20 × Ø na instalação)

4.10.2.3. Proteção contra vibração e esforços de vento

4.10.2.4. Identificação e amarração a cada 1 m (horizontal) / 0,5 m (vertical)

4.10.3. ABNT NBR 15214 – Cordão óptico p/ ambientes externos

4.10.3.1. Especifica requisitos mecânicos e ambientais para cabos drop em fachadas e postes

4.10.4. NR 10 (MTE)

4.10.5. NR 35



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF**

4.10.6. NR 6

4.10.7. ABNT NBR 15688 – Medição de fibras ópticas

4.10.7.1. Procedimento de OTDR, atenuação, continuidade

4.10.8. Manual da concessionária

4.10.8.1. Ex.: “Padrão de Compartilhamento de Infraestrutura Enel RJ”

4.10.8.2. Regras locais: fixador recomendado (pino J, fita aço inox), altura de telecom (2,5 m-4,5 m), cor de identificação, formulário de vistoria;

4.10.9. Recomendações dos fabricantes;

4.11. Enfim, deve haver a conformidade com as normas de cabeamento estruturado, da ABNT, ANATEL, orientações de sustentabilidade ambiental, instruções da CONTRATANTE e qualquer outro normativo relacionado.

4.12. Prazo de Vigência de Repasse Federal, contrato nº 913411/2021, encerra-se no dia 27 de junho de 2026 com possível corte de verba federal caso não se cumpra no prazo estipulado;

Requisitos de Manutenção

4.13. Todos os defeitos devem ser resolvidos durante o período da garantia, sejam eles relacionados a defeitos de fabricação ou relacionados à execução e implantação da infraestrutura de tecnologia da informação e comunicações (exemplo: perdeu-se a qualidade de transmissão de dados devendo a CONTRATADA apresentar novos testes sem custos para a CONTRATANTE; canaletas deformando ou se soltando, devendo a CONTRATADA substituir ou reparar satisfatoriamente as canaletas).

4.14. Todas as necessidades de manutenções preventiva, corretiva, evolutiva e adaptativa devem ser informadas à CONTRATANTE de forma objetiva e clara, devendo elas serem realizadas pela CONTRATADA durante o período de garantia.

4.15. A CONTRATADA deve informar todos os meios de contatos telefônicos, e-mails e sistemas que possibilitem contatar rapidamente o preposto e a área de suporte da CONTRATADA.

4.16. A CONTRATADA deve encaminhar relatório completo contendo todos os serviços de manutenções executadas por chamado registrado pela CONTRATANTE ou pela equipe local administradora da infraestrutura implantada. Esse relatório deve informar todas as datas e chamados abertos.

4.17. O prazo para o reparo dos equipamentos e materiais não deve exceder 30 (trinta) dias corridos a partir do início do atendimento.

4.18. As peças de reposição utilizadas durante a garantia devem ser novas, de primeiro uso, originais dos fabricantes e compatíveis com os modelos adquiridos, garantindo assim a qualidade e a durabilidade dos reparos.

4.19. O custo referente ao transporte dos equipamentos e materiais cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

4.20. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência própria e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEP

Requisitos Temporais

- 4.20.1. Os serviços referentes à disponibilização de pontos de rede deverão ser executados nas quantidades estimadas solicitadas, obedecendo ao prazo de execução de até 90 dias úteis.
- 4.21. A execução do serviço deverá ser efetivada no prazo estipulado, a contar do recebimento da Ordem de Serviço (OS), emitida pela CONTRATANTE, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, desde que justificado previamente pelo CONTRATADO e autorizado pela CONTRATANTE.
- 4.22. A administração analisará caso a caso as necessidades justificadas e comprovadas de prorrogação de prazo.
- 4.23. O não cumprimento dos prazos dispostos nesta cláusula será passível de multa(s) prevista(s) neste TR.

Requisitos de Segurança e Privacidade

- 4.24. Todas as atividades, processos e dados realizados e/ou desenvolvidos no âmbito do CONTRATANTE, relacionados aos serviços, são estritamente confidenciais e estão protegidos pelo sigilo fiscal. Em conformidade com as leis e regulamentos pertinentes, a CONTRATADA e seus funcionários são obrigados a manter essa informação sob sigilo absoluto.
- 4.25. Qualquer divulgação não autorizada dessas informações é considerada uma violação grave e constitui crime, sujeita a medidas legais rigorosas. A quebra de sigilo é passível de penalidades severas, conforme estabelecido por lei. A CONTRATADA e seus funcionários estão proibidos de compartilhar, reproduzir ou divulgar, de qualquer forma, qualquer informação confidencial relacionada aos serviços prestados a CONTRATANTE.
- 4.26. Essa obrigação de sigilo permanece em vigor mesmo após o término do contrato entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE. A divulgação não autorizada de informações confidenciais pode resultar em consequências legais significativas para a CONTRATADA e para os indivíduos envolvidos.
- 4.27. Portanto, é imprescindível que a CONTRATADA e seus funcionários compreendam a gravidade dessa questão e adiram estritamente a essa política de confidencialidade. A divulgação de informações confidenciais só é permitida mediante autorização expressa e por escrito da CONTRATANTE. O descumprimento desta política resultará em medidas legais imediatas e pode prejudicar seriamente a reputação da CONTRATADA.
- 4.28. A CONTRATADA e seus profissionais estão estritamente comprometidos em zelar pela segurança da informação, aderindo às melhores práticas do mercado, bem como às diretrizes e políticas de segurança estabelecidas pelo CONTRATANTE. Este compromisso abrange todo o ciclo de vida da informação e/ou dados, incluindo sua fase de armazenamento, transporte, descarte e devolução.
- 4.29. Caso exista a necessidade de armazenamento de arquivos, os dados e informações devem ser protegidos por medidas de segurança robustas, garantindo sua integridade e confidencialidade. Isso inclui a implementação de sistemas de proteção, controle de acesso restrito e criptografia, conforme necessário para prevenir acessos não autorizados e vazamentos.
- 4.30. No que diz respeito ao transporte, devem ser adotadas práticas seguras para evitar interceptações ou perdas durante a transferência de dados. Utilizar métodos de comunicação segura e redes protegidas são essenciais para proteger a informação durante seu trânsito entre diferentes locais ou sistemas.
- 4.31. Para a fase de descarte, é fundamental seguir procedimentos adequados para assegurar a eliminação segura de dados e informações. Métodos de descarte seguros, como a destruição física de mídias ou a utilização de software especializado de eliminação de dados, são essenciais para prevenir qualquer possibilidade de recuperação indevida de informações sensíveis.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

4.32. Quando se trata da devolução de equipamentos ou dados a CONTRATANTE, é necessário garantir que todos os dados e informações tenham sido removidos completamente dos dispositivos, para evitar qualquer risco de vazamento ou acesso não autorizado após a devolução.

4.33. Essas práticas, alinhadas às políticas de segurança do CONTRATANTE, não apenas garantem a proteção da informação, mas também demonstram o comprometimento da Empresa e de seus profissionais com a integridade e a confidencialidade dos dados. Ao aderir a esses padrões elevados de segurança da informação, contribuimos para um ambiente digital seguro e protegido contra ameaças, promovendo a confiança e a segurança de todos os envolvidos.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.34. Os equipamentos devem estar aderentes às diretrizes sociais, ambientais e culturais constantes na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, além dos normativos relativos à sustentabilidade ambiental quando aplicáveis ao objeto.

4.35. Todas as sobras de materiais que seriam implantados ou materiais oriundos de retiradas de infraestruturas obsoletas devem ter destinação correta, conforme normativos existentes na CONTRATANTE e de acordo com os dispositivos legais nos quais a CONTRATADA esteja inserida, buscando, quando for possível, a destinação dos materiais para reciclagem.

4.36. Antes de darem destino aos materiais, a CONTRATADA deve oferecê-los à CONTRATANTE ou equipe local da execução para um eventual aproveitamento.

4.37. A CONTRATADA deve respeitar as preferências estéticas ou técnicas de cada local de execução dos serviços, visando minimizar impactos visuais nas edificações.

4.38. A CONTRATADA deve se responsabilizar pela limpeza das instalações que sofrerem intervenção dos serviços, deixando o local limpo e organizado após o fim dos trabalhos.

4.39. A CONTRATADA deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

4.39.1. Usar somente produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.39.2. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

4.39.3. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

4.39.4. Fornecer aos profissionais os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

4.39.5. Orientar seus profissionais previamente à execução dos serviços quanto às boas práticas para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

4.39.6. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, quando couber.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.40. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da CONTRATANTE.

4.41. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela CONTRATANTE. Caso não seja autorizada, é vedado à CONTRATADA adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela CONTRATANTE.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.42. Cada requisição da CONTRATANTE conterá estimativos preliminares dos serviços, conforme suas necessidades e itens especificados neste termo de referência.

4.43. Todas as documentações técnicas representativas dos serviços e da infraestrutura implantada devem ser mantidas para posterior gerenciamento e administração.

4.44. Quando for o caso, as documentações técnicas específicas para concessionárias e conselhos de classe devem ser fornecidas pela CONTRATADA.

4.45. Todas as normas técnicas, trabalhistas, internas das localidades de execução do serviço e outras relacionadas aos itens especificados neste termo de referência devem ser seguidas.

4.46. Todas as normas e requisitos dos fabricantes dos materiais a serem profissionais devem ser seguidos a fim de se obter as garantias e a qualidade adequada no uso da infraestrutura implantada.

Requisitos de Implantação

4.47. A CONTRATANTE emitirá solicitação de serviço, posteriormente sendo analisada pela CONTRATADA, que confirmará os itens estimados (serviços e quantidades) para atender a demanda informada, seguindo as especificações e restrições citadas neste termo de referência, sendo posteriormente – ao término da implantação e seus testes – emitido o termo de aceite provisório e em seguida o termo de aceite definitivo dos serviços, caso atendam aos requisitos contratados.

4.48. Anteriormente à execução dos serviços de implantação, a CONTRATADA deve realizar a confirmação da lista de serviços e quantidades estimadas com base nas informações encaminhadas pela CONTRATANTE, podendo essa lista ser adequada conforme justificativa da CONTRATADA.

4.49. Devem ser observados os requisitos dos locais onde os serviços serão executados e implantados, além de todas as normativas técnicas e de segurança do trabalho.

4.50. Antes da execução dos trabalhos, a CONTRATADA deve confirmar com a CONTRATANTE e com a equipe técnica do local, o escopo do que será implantado, atentando-se para as preferências de trajetos locais de acordo com as suas restrições. Antes da passagem de cabeamentos, toda a infraestrutura de caminhos deve ser confirmada pela CONTRATANTE e pela equipe técnica do local da implantação.

4.51. Os serviços de instalação não deverão obstruir o andamento das rotinas de trabalho dos ambientes da CONTRATANTE, a não ser quando expressamente permitido pela CONTRATANTE. Quando da intervenção nesses ambientes, é de responsabilidade da CONTRATADA a recomposição total deles deixando-os totalmente limpos e arrumados, inclusive responsabilizando-se com relação a algum dano a eles causado quando da execução dos serviços.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF**

Requisitos de Garantia e Manutenção

4.52. Todos os serviços e infraestruturas implantadas devem possuir garantia de 24 (vinte e quatro) meses para defeitos de fabricação e defeitos de implantação, devendo a CONTRATADA fazer todas as reparações necessárias sem ônus para a CONTRATANTE, mantendo a CONTRATADA sempre todos os meios disponíveis de comunicação (telefones, e-mail, sistemas, prepostos e equipes de suporte) informados durante a vigência da ata e vigência dos contratos em execução.

4.53. A CONTRATADA será responsável pela retirada dos cabos de instalações antigas de cabeamento estruturado de dados quando este serviço for demandado conforme consta neste TR.

Requisitos de Experiência Profissional

4.54. No que couber, seguir os requisitos expressos no tópico: FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO deste Termo de Referência.

Requisitos de Formação da Equipe

4.55. A CONTRATADA deverá disponibilizar técnicos habilitados e com experiência comprovada para implementação da solução.

4.56. A CONTRATADA indicará responsável técnico do projeto, que deverá ser engenheiro de telecomunicações ou eletricitista /eletrônico com habilitação em telecomunicações, devendo este profissional ser o responsável pelas atividades relacionadas à elaboração e acompanhamento do projeto.

4.56.1. Para fins de comprovação de formação do profissional em engenharia, deverá ser apresentado diploma de formação acadêmica no curso de engenharia, ou apresentar o CREA comprovando a formação e experiência em projetos de escopo similar;

4.56.2. O vínculo com a CONTRATADA deverá ser comprovado através da apresentação da carteira de trabalho, demonstrando o vínculo e /ou contrato de prestação de serviços celebrado entre a CONTRATADA e o profissional;

4.57. A CONTRATADA deverá possuir equipe técnica, com profissionais certificados nos seguintes produtos e atividades:

4.57.1. Certificado técnico do fabricante, em instalação de cabeamento estruturado para no mínimo 01 (um) funcionário, estando apto nos procedimentos de instalação do cabeamento estruturado;

4.57.2. Certificação NR10, para no mínimo 01 (um) funcionário de seu quadro, comprovado através da apresentação da carteira de trabalho e certificado válido;

4.58. As exigências descritas visam assegurar a prestação dos serviços por profissional habilitado, mesmo sem ter necessariamente vínculo permanente com a CONTRATADA, o qual assumirá a execução dos serviços num contrato personalíssimo, sem transferência de obrigações e deveres a outro profissional, o que prejudicaria a gestão dos serviços como um todo.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.59. As necessidades da CONTRATADA ou do local de execução dos serviços serão encaminhadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA, que avaliará os quantitativos e serviços estimados pela CONTRATANTE, sugerindo adequações dos quantitativos e serviços estimados, a fim de atender aos objetivos de instalações de novos pontos de dados, novos enlaces de fibra óptica ou usos parciais de itens, podendo requisitar e realizar visitas aos locais de execução para dirimir dúvidas.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

- 4.60. O fornecimento dos equipamentos está condicionado ao recebimento pela CONTRATANTE de Ordem de Serviço (OS) emitida pela CONTRATANTE.
- 4.61. A OS indicará o tipo de equipamento, a quantidade e a localidade na qual os equipamentos deverão ser entregues.
- 4.62. A CONTRATADA deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento de 8:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira de maneira eletrônica ou por via telefônica.
- 4.63. O andamento do fornecimento dos equipamentos deve ser acompanhado pela CONTRATADA, que dará ciência de eventuais acontecimentos à CONTRATANTE.
- 4.64. Caberá a CONTRATADA o adequado armazenamento do material empregado durante todo o período em que ocupar as instalações da CONTRATANTE para executar o serviço. A CONTRATADA deve realizar gestões para atender as necessidades de alimentação, conforto e higiene de sua equipe durante os serviços, sem ônus para a CONTRATANTE.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

- 4.65. Toda a infraestrutura deve ser entregue conforme as especificações previstas, normas técnicas existentes, testes de funcionamento e respeitando-se o sigilo quanto à infraestrutura implantada e documentação técnica, assegurando a continuidade do negócio suportado pela infraestrutura implantada.

Vistoria

- 4.66. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é importante para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8:00 horas às 17:00 horas.
- 4.67. A vistoria poderá ser realizada até 01 (um) dia útil antes da data marcada para abertura da licitação, devendo, neste caso, ser previamente agendada junto à Governança de Tecnologia da Informação, através do telefone nº (22) 2771-6187 ou, ainda, pelo e-mail suporte@riodasostras.rj.gov.br.
- 4.68. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.69. Para a vistoria, o representante legal da CONTRATADA ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela CONTRATADA comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.70. Na ocasião será fornecida um Atestado de Comparecimento ao Local e Conhecimento dos Serviços (vide Anexos) ou Declaração de Conhecimento dos Serviços (vide Anexos), assinada pelo servidor designado pela Governança de Tecnologia da Informação do Município de Rio das Ostras, comprovando que realizou a visita no local da prestação dos serviços e que obteve pleno conhecimento das condições físicas e tecnológicas necessárias ao fiel cumprimento do objeto desta licitação, bem como das especificações técnicas descritas no Termo de Referência e de todas as informações necessárias à formulação da sua proposta de preços.
- 4.71. A vistoria técnica é facultativa e o interessado que optar por não realizá-la deverá atestar que conhece as condições da realização do serviço e peculiaridades da contratação.
- 4.71.1. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a CONTRATADA assumir o ônus dos serviços decorrentes.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

4.71.2. A não realização da vistoria não poderá ser motivo para eximir-se de realizar qualquer serviço ou fornecer produto, material, e equipamento objeto desta contratação.

4.72. Mais informações acerca da vistoria são encontradas no título “QUALIFICAÇÃO TÉCNICA” presente neste documento.

Sustentabilidade

4.73. A CONTRATADA deverá adotar, no que couber, as disposições da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010; da Resolução Conama nº 362, de 23 de junho de 2005; da Resolução Conama nº 416, de 30 de setembro de 2009; bem como da Resolução Conama nº 340, de 25 de setembro de 2003, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento dos impactos ambientais específicos.

4.74. É de responsabilidade da CONTRATADA, adotar, na prestação dos serviços objeto desta contratação, no que couber, as práticas de sustentabilidade constantes nas disposições da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, bem como que sejam observados os requisitos ambientais do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO para uso de produtos sustentáveis ou de menos impacto ambiental em relação aos seus similares.

4.75. A CONTRATADA deverá adotar, no que couber, os requisitos exigidos por normas regulamentares, amplamente conhecidas, tanto de segurança no trabalho (NR's) quanto de cunho técnico (Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e IT's do Corpo de Bombeiros PA).

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021):

4.76. Na presente contratação não haverá indicação de marcas ou modelos;

4.77. Em atenção ao disposto no art. 19 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a utilização do Catálogo Eletrônico de Padronização (CEP) para padronizar contratações de bens, serviços e obras, verifica-se que tal uso se dá quando houver padronização previamente definida pela Administração;

4.78. No caso específico, o objeto a ser licitado não se encontra padronizado no Catálogo Eletrônico de Padronização atualmente disponível, não havendo, portanto, modelo ou especificação padronizada para nortear a descrição do objeto;

4.79. Diante da inexistência de padronização, a Administração descreveu o objeto de forma clara e precisa, observando os princípios da isonomia, da competitividade e da busca da proposta mais vantajosa, conforme previsto na legislação vigente.

Da exigência de carta de solidariedade

4.80. Não será solicitado a carta de solidariedade.

Subcontratação

4.81. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato, pois a execução dos serviços que constam no objeto da licitação requer comprovada capacidade técnica por parte da CONTRATADA, o que não pode ser verificado em caso de subcontratação, podendo comprometer a qualidade do resultado entregue à CONTRATANTE.

4.82. A decisão de não aceitar a subcontratação do objeto contratado está fundamentada em vários aspectos, como a busca por controle total sobre a execução, a qualidade dos serviços prestados, a responsabilidade do contratado principal, e o risco de fragmentação ou irregularidades. A CONTRATANTE deve considerar esses fatores cuidadosamente, buscando sempre garantir a melhor execução do contrato, o cumprimento dos princípios da eficiência e transparência, e a proteção do interesse público.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

4.83. Na Lei nº 14.133/2021, que rege as novas normas sobre licitações e contratos administrativos, a subcontratação de serviços pode ser prevista, mas está sujeita a regras específicas. Existem diversas razões pelas quais a CONTRATANTE pode optar por não aceitar a subcontratação do objeto contratado, de acordo com a legislação e as boas práticas de gestão pública.

4.84. A subcontratação pode levar à fragmentação do objeto do contrato, dificultando o acompanhamento e o controle da execução.

4.85. A nova Lei exige que os contratados demonstrem sua capacidade técnica para a execução do objeto. A subcontratação pode ser vista como uma forma de transferir para outra empresa a responsabilidade pela execução de partes do serviço que o contratado principal não possui a expertise necessária, o que, em muitos casos, pode ser indesejável. Para garantir a competência técnica da CONTRATADA, pode ser mais prudente que a CONTRATANTE exija que a CONTRATADA execute o objeto diretamente, sem transferir responsabilidades.

4.86. A subcontratação pode dificultar a fiscalização efetiva do contrato, pois a CONTRATANTE ficaria limitada a monitorar a execução por meio do contratado principal, sem ter um controle direto sobre os subcontratados. Isso pode gerar desafios adicionais para a CONTRATANTE na verificação do cumprimento dos termos contratuais, como qualidade do serviço, prazos e condições acordadas. Em muitos casos, a CONTRATANTE prefere que a CONTRATADA principal seja o único responsável pela execução do contrato, garantindo uma fiscalização mais eficiente.

Da verificação de amostra do objeto

4.87. Não serão exigidas amostras dos objetos referentes a este certame.

Garantia da Contratação

4.88. O Contrato conta com garantia de execução, nos moldes do artigo 96 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, correspondente a 5 % de seu valor do Contrato.

4.89. A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contado da data de assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

4.90. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.91. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.92. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

4.93. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela CONTRATANTE.

4.94. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

4.94.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

- 4.94.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;
- 4.94.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.
- 4.95. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos itens acima, observada a legislação que rege a matéria
- 4.96. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica a ser indicada pelo mesmo, com correção monetária.
- 4.97. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 4.98. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.99. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.100. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 4.101. O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.102. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021).
- 4.103. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.104. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 4.105. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da CONTRATANTE e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.106. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.
- 4.107. A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.
- 4.108. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF**

Informações relevantes para o dimensionamento e apresentação da proposta

- 4.109. Os valores contidos na proposta devem considerar a disponibilização de mão de obra capacitada, materiais, equipamentos e ferramentas necessárias à perfeita execução dos serviços objeto desta contratação.
- 4.110. A proposta deverá conter as especificações do objeto de forma clara, indicando o modelo, o fabricante, e descrevendo detalhadamente as características técnicas e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e constatem os materiais e equipamentos cotados, comprovando-os através de certificados de homologação pela Anatel, datasheets, manuais técnicos, laudos, entre outros;
- 4.111. A CONTRATADA deverá sempre utilizar profissionais habilitados e com conhecimentos necessários aos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 4.112. A CONTRATADA deverá considerar na proposta o atendimento a todas as despesas necessárias com os seus profissionais encarregados da execução dos serviços contratados, incluindo locomoção, alimentação e hospedagem, bem como encargos técnicos e de seguro de acidente de trabalho, além de todas as obrigações sociais, patronais, patrimoniais, tributárias, trabalhistas e perante o conselho profissional, além de encargos securitários, previdenciários ou de qualquer outra natureza, passados, presentes e futuros relativos aos profissionais.
- 4.113. A CONTRATADA deverá incluir, no preço ofertado, todas as despesas diretas e indiretas e todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto, levando em consideração toda a pormenorização dos serviços e especificações técnicas, presentes neste Termo de Referência.
- 4.114. Considerar-se-á, a CONTRATADA, como especializada na execução dos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado no valor global da sua proposta também as complementações por acaso omitidas nas especificações, mas implícitas e necessárias ao adimplemento do objeto.
- 4.115. A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação.
- 4.116. A demanda do órgão tem como base as características:
- 4.117. Todas as informações como níveis de serviços, prazos, detalhamento dos equipamentos, possíveis glosas ou sanções por descumprimento, exigências técnicas e demais especificações estão indicadas nesse TR e são suficientes para que a CONTRATADA possa dimensionar adequadamente os preços de sua proposta de preços.
- 4.118. Todos os documentos solicitados deverão ser anexados junto a documentação de habilitação e proposta comercial em fase anterior a fase de lances;
- 4.119. Todas demais informações referentes aos serviços, materiais e procedimentos estão descritos neste Termo de Referência e nos Anexos.

Consórcio

- 4.120. É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas;
- 4.120.1. Sob a forma de consórcio, pois existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional, suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste Termo de Referência o que, diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto, opta-se com base no poder discricionário da Administração por manter a vedação, da participação de empresas em “consórcio” neste certame.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos e serviços;
- 5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.1.3. Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- 5.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 5.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à CONTRATANTE, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

5.2. É vedado à CONTRATANTE:

- 5.2.1. Indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- 5.2.2. Fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;
- 5.2.3. Estabelecer vínculo de subordinação com funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado;
- 5.2.4. Definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 5.2.5. Demandar a funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
- 5.2.6. Prever em edital exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado;
- 5.2.7. Contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

5.3. São obrigações da CONTRATADA:

- 5.3.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.3.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF**

- 5.3.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou profissionais, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pela CONTRATANTE;
- 5.3.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.3.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.3.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.3.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.3.8. Fornecer crachás de identificação para seus profissionais, garantindo uma identificação clara e segura durante o atendimento.
- 5.3.9. Assumir total responsabilidade pelos danos causados diretamente a CONTRATADA e/ou a terceiros, resultantes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Condições de Execução

- 6.1. Serão realizadas reuniões iniciais ou introdutórias relativas a cada demanda de serviço (podendo ser presencial ou por videoconferência, mediante a aprovação pela CONTRATANTE). A CONTRATADA deve ainda responder à requisição de agendamento de reunião em até 01 dia útil, que deve ocorrer em até 05 dias úteis.
- 6.2. Apresentação do projeto executivo, contendo, minimamente:
- 6.2.1. Plantas, esquemáticos dos locais de execução, impressos, quando houver;
- 6.2.2. Memorial Descritivo Inicial contendo breve relatório das atividades a serem realizadas e os materiais a serem empregados na execução;
- 6.2.3. Apresentação do Cronograma de Execução do Projeto, contendo as datas e etapas a serem realizadas;
- 6.2.4. Deverá ser gerado a ART do contrato/serviço;
- 6.3. Serão impugnados pela fiscalização da CONTRATANTE todos os trabalhos que não satisfaçam as condições gerais para instalação;
- 6.3.1. Ficará a CONTRATADA obrigada a modificar e/ou refazer os trabalhos impugnados, ficando por sua conta exclusiva as despesas decorrentes dessas providências e podendo ser sancionada em caso de descumprimento;
- 6.4. A padronização dos equipamentos e dos materiais a serem utilizados na implementação da solução, deverão ser compatíveis entre si, proporcionando o tráfego de dados conforme as especificações técnicas que constarão no edital e seus anexos; quaisquer ajustes ou adaptações a fim de atender melhor as normas vigentes precisarão de autorização prévia e formal da equipe de fiscalização do contrato;
- 6.5. A CONTRATANTE encaminhará dados estimados das quantidades de serviços à CONTRATADA, relativas às demandas de pontos de dados, de preferências técnicas e de negócio, além de outras informações existentes que ajudem a detalhar os estudos.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

- 6.6. A CONTRATADA deve realizar pelo menos uma visita às instalações nos locais onde os serviços serão executados, em horário comercial, a fim de obter informações complementares para a realização do seu estudo. As visitas devem ser agendadas com no mínimo 02 dias úteis de antecedência informando os dados dos participantes da vistoria.
- 6.7. A CONTRATADA estudará a demanda e emitirá a confirmação ou informará sugestões justificadas de mudanças para aprovação pela CONTRATANTE quanto às necessidades de adequações dos serviços estimados inicialmente (em até 10 dias úteis contados a partir do envio da demanda inicial pela CONTRATANTE).
- 6.8. Uma vez aprovada e definida a lista dos serviços demandados pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deve iniciar o seu planejamento e encaminhar o cronograma de execução estimado dos serviços em até 05 dias úteis, no qual constará as etapas e prazos previstos (em quantidade de dias de trabalho para cada etapa). Esse cronograma deve ser compatível com os prazos de execuções previstos neste termo de referência.
- 6.9. A CONTRATANTE então emitirá a ordem de serviço, momento em que se inicia a contagem do prazo de execução.
- 6.10. Durante a execução, a CONTRATADA deve preparar a execução dos serviços informando a equipe que executará os trabalhos bem como as suas funções conforme requisitos de capacitação de pessoal constante nesse termo de referência. Deve, ainda, confirmar previamente qualquer necessidade de alteração do planejamento inicial dos serviços e seus quantitativos aprovados. Todos os serviços devem ser executados durante o horário do expediente do local de execução dos serviços, salvo necessidade complementar de horário a ser aprovada pela CONTRATANTE ou solicitada por essa.
- 6.11. Ainda durante a execução, a CONTRATADA deve encaminhar diariamente relatório simplificado descrevendo os serviços realizados bem como fotos dos trabalhos em andamento (quando for o caso).
- 6.12. A CONTRATADA deve entregar as documentações técnicas, desenho lógico das unidades, sobre a infraestrutura implantada.
- 6.13. A CONTRATANTE emitirá os termos de aceite provisório e definitivos, conforme normativos, legislações e este termo de referência.

Local e horário da prestação dos serviços

- 6.14. Todos os serviços serão prestados no horário de 8:00 às 17:00;
- 6.15. Os serviços serão prestados nas intermediações do Município de Rio das Ostras, conforme tabela presente no tópico “unidades contempladas no projeto”.

Materiais a serem disponibilizados

- 6.16. Todos os materiais necessários serão fornecidos pela CONTRATADA. Os materiais deverão ser de primeira qualidade e obedecer às normas técnicas específicas. As marcas citadas nestas especificações constituem apenas como referência.

Formas de transferência de conhecimento

- 6.17. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

- 6.18. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

6.19. Cada OS conterá a quantidade a ser executada, incluindo a sua localização e o prazo, conforme definições deste TR.

Mecanismos formais de comunicação

6.20. **São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, os seguintes:**

- 6.20.1. Ordem de Serviço (OS);
- 6.20.2. Ata de Reunião;
- 6.20.3. Ofício;
- 6.20.4. Sistema de abertura de chamados;
- 6.20.5. E-mails;

Formas de Pagamento

6.21. Os critérios de medição e pagamento serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.22. A CONTRATADA deverá tratar como confidenciais e zelar pelo sigilo de todos os dados, informações ou documentos que tomar conhecimento em decorrência da prestação dos serviços objeto desta contratação, bem como deverá submeter-se às normas e políticas de segurança da CONTRATANTE, devendo orientar seus profissionais e/ou prepostos nesse sentido, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa;

6.22.1. Normativas de segurança disponíveis em: <https://www.riodasostras.rj.gov.br/govtic/>

6.23. A CONTRATADA deverá assumir responsabilidade sobre todos os possíveis danos físicos e/ou materiais causados a CONTRATANTE ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança;

6.24. A CONTRATADA deverá se comprometer a respeitar todas as obrigações relacionadas com confidencialidade e segurança das informações pertencentes à CONTRATANTE, mediante ações ou omissões, intencionais ou acidentais, que impliquem na divulgação, perda, destruição, inserção, cópia, acesso ou alterações indevidas, independentemente do meio no qual estejam armazenadas, em que trafeguem ou do ambiente em que estejam sendo processadas;

6.25. A CONTRATADA estará sujeita às penalidades administrativas, civis e penais pelo descumprimento da obrigação assumida.

6.26. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE a tais documento.

6.27. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os profissionais da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação, encontram-se como Anexos.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3. O prazo de vigência do contrato se dará a partir de sua assinatura e sua duração ficará adstrita ao exercício financeiro em que for firmado.
- 7.4. O compromitente, deverá no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da convocação, assinar o Termo de Contrato ou receber a Nota de Empenho.
- 7.5. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.6. A CONTRATANTE ou entidade poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.7. A CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da CONTRATADA, hipótese em que a CONTRATADA designará outro para o exercício da atividade.

Preposto

- 7.8. A CONTRATADA designará formalmente o preposto da Empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

Reunião Inicial

- 7.9. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução do contrato.
- 7.10. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 07 (sete) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da CONTRATANTE.
- 7.11. A pauta desta reunião observará, pelo menos:
- 7.11.1. Presença do representante legal da CONTRATADA, que apresentará o seu preposto;
- 7.11.2. Entrega, por parte da CONTRATADA, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;
- 7.11.3. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;
- 7.11.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do profissional da CONTRATADA, designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;
- 7.11.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF**

Fiscalização

7.12. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, art. 117, caput), nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.13. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a CONTRATANTE. (Decreto Municipal nº 3884, de 2024, art. 42, VI);

7.14. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Municipal nº 3884, de 2024, art. 42, II);

7.15. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto Municipal nº 3884, de 2024, art. 42, III);

7.16. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Municipal nº 3884, de 2024, art. 42, IV).

Fiscalização Administrativa

7.17. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.17.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

7.18. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.23. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da CONTRATANTE. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

Crítérios de Aceitação

7.25. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

7.26. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

7.27. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

7.28. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

7.29. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

7.30. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

7.31. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

7.32. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

7.33. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

7.34. Os níveis mínimos de serviço são indicadores mensuráveis estabelecidos pelo CONTRATANTE para aferir objetivamente os resultados pretendidos com a contratação. São considerados para a presente contratação os seguintes indicadores:

IAE – INDICADOR DE ATRASO NO FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO		
Tópico	Descrição	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Serviço.	
Meta a cumprir	IAE \leq 0	A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de Fornecimento de Bens dentro do prazo previsto.
Instrumento de medição	Através das ferramentas disponíveis para a gestão de demandas, por controle próprio da CONTRATANTE e lista de Termos de Recebimento Provisório e Definitivo emitidos.	
Forma de acompanhamento	A avaliação será feita conforme o início previsto na Ordem de Execução de Serviço. Será subtraída a data de entrega dos produtos da Ordem de Execução de Serviço (desde que o fiscal técnico reconheça aquela data, com registro em Termo de Recebimento Provisório) pela data de início da execução da Ordem de Execução de Serviço.	
Periodicidade	De acordo com o tamanho do escopo e restrições existentes nesse termo, para cada Ordem de Serviço encerrada e com a data de Termo do Recebimento Provisório para toda a solução constante na ordem de serviço, sendo desconsiderada sua data de emissão se durante o período de uso provisório a solução entregue apresentar defeito em materiais ou de serviços executados.	
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p>IAE = <u>TEX – TEST</u></p> <p>TEST</p> <p>Onde:</p> <p>IAE – Indicador de Atraso de Entrega da OS;</p> <p>TEX – Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da OS, da sua data de início até a data de entrega dos produtos da OS.</p> <p>A data de início será aquela constante na OS; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da OS.</p> <p>A data de entrega da OS deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes neste Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeita a entrega, o prazo de execução da OS continua a correr, findando-se apenas quanto a CONTRATAÇÃO entrega os produtos da OS e haja aceitação por parte do fiscal técnico.</p> <p>TEST – Tempo Estimado para a execução da Ordem de Execução de Serviço – constante na OS, conforme estipulado no Termo de Referência.</p>	
Observações	<p>Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição.</p> <p>Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.</p>	
Início de Vigência	A partir da emissão da Ordem de Execução de Serviço.	



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	Para valores do indicador IAE: De 0 a 0,10 – Pagamento integral da OS; De 0,11 a 1 – Glosa proporcional à metade do valor do percentual do indicador (ex: se IAE igual a 0,5, então corresponde a 50% de atraso em relação ao previsto, ocasionando glosa de 25% do valor da OS; Acima de 1 – Será aplicada Glosa de 50% sobre o valor da OS e multa de 10% a cada décimo que ultrapassar o valor 1 do indicador sobre o valor da OS, exemplo: caso o indicador seja 1,13, será aplicada a glosa de 50% mais a multa de 10% em relação ao valor total da OS; caso o indicador seja de 2,52, será aplicada a glosa de 50% mais a multa de 150% em relação ao valor total da OS.
--	---

Extinção contratual

7.35. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

7.36. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a CONTRATANTE providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

7.37. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:

7.37.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

7.37.2. Poderá a CONTRATANTE optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual;

7.38. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº14.133, de 01 de abril de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

7.38.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

7.39. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

7.40. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica da CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

7.41. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

7.41.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

7.41.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

7.41.3. Indenizações e multas;

7.42. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021).

7.43. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021).



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

Reajuste contratual

- 7.44. Considerando o disposto no art. 25, da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como considerando que o prazo começa a ser contado do orçamento estimado, segundo o § 3º do art. 92 da mesma Lei.
- 7.45. Os preços inicialmente são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da conclusão do orçamento estimado definitivo.
- 7.46. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional ao Consumidor Amplo – IPCA (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.47. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.48. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 7.49. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 7.50. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 7.51. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio do termo aditivo.
- 7.52. O reajuste será realizado por apostilamento, ou por aditivo.
- 7.53. O reajuste a que a futura contratada fazer jus e não for solicitado durante a vigência do contrato, será objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual, se não houver qualquer ressalva no respectivo termo, ou com o encerramento do contrato.

Alterações, acréscimos e supressões

- 7.54. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.55. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 7.56. Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

de 30 (trinta) dias úteis, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela CONTRATANTE, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, comunicando-se à CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela CONTRATANTE durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Procedimentos de Teste e Inspeção

8.9. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

8.9.1. Verificação da documentação de cada item conforme exigida no Termo de Referência, incluindo notas fiscais, certificados de garantia, manuais de instrução e demais documentos relacionados aos equipamentos (quando couber).

8.9.2. Verificação de conformidade das especificações de material e serviços executados;

8.9.3. Realizar o registro de quaisquer defeitos, problemas ou não conformidades identificadas durante os testes e inspeções para que possam ser corrigidos pelo fornecedor conforme previsto nos termos do contrato.

MÉTRICA E PERIODICIDADE	
Verificação da Instalação	
Indicador de Qualidade	Avaliar a qualidade do serviço e instalação da infraestrutura para acomodação de cabeamento óptico e metálico; Fixação das estruturas; Posição (alinhamento vertical, horizontal); Recomposição das estruturas avariadas na instalação (gesso, pintura, reboco, etc.);
Mínimo Aceitável	Conforme previsto nas Normas Técnicas e especificações contidas neste Termo de Referência;



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

Métrica	Comparação com as Normas Técnicas vigentes para instalação de cabeamento metálico;
Ferramentas	Inspeção visual;
Periodicidade da Aferição	Ao final do serviço;

Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

8.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela Contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução do contrato, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.	Multa de 0,5 (zero vírgula cinco) % sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela Contratante, até o limite de 15 (quinze) dias úteis.
		Após o limite de 15 (quinze) dias úteis, aplicar-se-á multa de 1 (um) % do valor total do Contrato.
2	Não atender ao indicador de nível de serviço IAE (Indicador de Atraso de Entrega de OS)	Glosa de 1 (um) % sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,11 a 0,20.
		Glosa de 2 (dois) % sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,21 a 0,30.
		Glosa de 3 (três) % sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,31 a 0,50.
		Glosa de 4 (quatro) % sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,51 a 1,00.
		Multa de 5 (cinco) % sobre o valor do Contrato e Glosa de 6 (seis) % sobre o valor da OS, para valores do indicador IAE maiores que 1,00.
3	Inexecução parcial.	Multa de 10 (dez) % sobre o valor total do Contrato.
4	Inexecução total.	Multa de 20 (vinte) % sobre o valor total do Contrato.
N	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 1 (um) % do valor total do Contrato.

8.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o Contratado:

8.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

8.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

- 8.3. As sanções são independentes. A aplicação de uma não exclui a das outras;
- 8.4. O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de recebimento da cobrança respectiva pela empresa. A critério da Administração e em sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a Contratada tenha a receber da Contratante. Não havendo pagamento pela Contratada, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se esta ao processo executivo.

Infrações e sanções administrativas

- 8.5. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, no Decreto Municipal nº 4039, de 2024, e nas demais cominações legais, resguardado o direito à ampla defesa, a Administração poderá aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 8.5.1. Advertência
- 8.5.2. multa: a) compensatória; b) de mora.
- 8.5.3. impedimento de licitar e contratar
- 8.5.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste item poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “a” do inciso II.
- 8.7. A sanção de multa será aplicada por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:
- 8.7.1. multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso injustificado, na entrega de material ou execução de serviços e 1% (um por cento) ao dia após o 15º (décimo quinto) dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente;
- 8.8. o atraso na prestação da garantia contratual pelo licitante vencedor ou contratante acarretará a aplicação de multa, nos seguintes termos:
- 8.8.1.1. atraso de 30 (trinta) dias, contados do termo final para a prestação da garantia: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da garantia;
- 8.8.1.2. atraso entre 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias, contados do termo final para a prestação da garantia: multa de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor da garantia;
- 8.8.1.3. atraso superior a 60 (sessenta) dias do termo final para a prestação da garantia: multa de 5% (cinco por cento) do valor da garantia.
- 8.8.2. de 3% (três por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços ou para a contratação direta, para aquele que:
- 8.8.2.1. na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas;
- 8.8.2.2. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.8.2.3. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.8.2.4. tumultuar a sessão pública da licitação;
- 8.8.2.5. descumprir requisitos de habilitação na modalidade pregão, a despeito da declaração em sentido contrário;



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEP

- 8.8.2.6. propor recursos e impugnações manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
- 8.8.2.7. deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 8.8.2.8. deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato, nos termos do inciso XVI, do art. 92, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 8.8.2.9. permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- 8.8.2.10. deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- 8.8.2.11. não devolver os valores pagos indevidamente pelo Contratante;
- 8.8.2.12. manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;
- 8.8.2.13. utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
- 8.8.2.14. tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- 8.8.2.15. deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual-EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- 8.8.2.16. deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;
- 8.8.2.17. deixar de repor funcionários faltosos;
- 8.8.2.18. deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- 8.8.2.19. deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- 8.8.2.20. deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
- 8.8.2.21. deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada.
- 8.8.3. de 10% (dez por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços, em caso de:
- 8.8.3.1. inexecução parcial, com ou sem prejuízo para o ente Contratante;
- 8.8.3.2. quando o infrator der causa, respectivamente, à rescisão do contrato ou ao cancelamento da Ata de Registro de Preços.
- 8.8.4. de 20% (vinte por cento) a 30 % (trinta por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços, em caso de:
- 8.8.4.1. apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 8.8.4.2. fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.8.4.3. comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- 8.8.4.4. prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

- 8.8.4.5. prática de ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- 8.8.4.6. entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminua o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- 8.8.4.7. dar causa à inexecução total do objeto do contrato, da Ata de Registro de Preços;
- 8.8.4.8. recusa do infrator em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente, salvo se a recusa em assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços for motivada por fato impeditivo relevante, do qual não tenha dado causa ou concorrido negligentemente, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, mediante decisão favorável e motivada da autoridade competente;
- 8.8.4.9. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- 8.8.5. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste instrumento.
- 8.8.6. Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação.
- 8.8.7. O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.
- 8.8.8. A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste instrumento, cumulando-se os respectivos valores.
- 8.8.9. Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios estabelecido no Decreto Municipal nº 4039, de 2024:
- 8.8.10. Será aplicada a sanção de IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:
- 8.8.10.1. impedimento pelo período de até 01 (um) ano, caso o infrator:
- 8.8.10.2. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.8.10.3. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.8.10.4. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.8.10.5. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 8.8.10.6. tenha sofrido três penalidades de advertência, relativas ao mesmo contrato, em periodicidade inferior a seis meses;
- 8.8.10.7. recuse-se injustificadamente a cumprir os prazos previstos no contrato e/ou na Ata de Registro de Preços;
- 8.8.10.8. tumultue a sessão pública de licitação;
- 8.8.10.9. dê ensejo ao cancelamento parcial do contrato e/ou da Ata de Registro de Preços;
- 8.8.10.10. deixe de devolver os valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;
- 8.8.10.11. ofenda agentes públicos no exercício de suas funções, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis;



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

- 8.8.10.12. deixo de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006;
- 8.8.10.13. induza em erro a Administração;
- 8.8.10.14. seja reincidente na penalidade de multa relativa ao mesmo contrato, em razão de:
- 8.8.10.15. atraso na execução do objeto;
- 8.8.10.16. alteração da quantidade ou qualidade do objeto contratado;
- 8.8.10.17. não entrega, no prazo estipulado pela Administração, dos documentos necessários para a liquidação e pagamento da despesa.
- 8.8.10.18. atraso na execução do disposto na Ata de Registro de Preços ou no contrato;
- 8.8.11. impedimento pelo período entre 01 (um) ano até 02 (dois) anos, caso o infrator:
- 8.8.11.1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.8.11.2. a paralisação injustificada do serviço, da obra ou do fornecimento de bens;
- 8.8.11.3. a rescisão do contrato e/ou Ata de Registro de Preços;
- 8.8.11.4. recusa em contratar dentro do prazo de validade da proposta;
- 8.8.11.5. não manutenção da proposta, durante o seu prazo de validade.
- 8.8.12. impedimento pelo período entre 02 (dois) anos até 03 (três) anos, caso o infrator:
- 8.8.12.1. dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.8.12.2. entregue mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;
- 8.8.12.3. apresente documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações ou contratações diretas, no momento da contratação ou durante a execução do contrato;
- 8.8.12.4. ofereça vantagens a agentes públicos com o fim de obter benefícios indevidos;
- 8.8.12.5. comportamento inidôneo;
- 8.8.12.6. apresentação de documentação falsa;
- 8.8.12.7. falha ou fraude na execução do contrato;
- 8.8.12.8. fraude fiscal.
- 8.8.13. A aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar por outras esferas governamentais não produz efeitos diretos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município.
- 8.8.14. Será aplicada a sanção de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de seis anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:
- 8.8.14.1. pelo período entre 03 (três) anos até 04 (quatro) anos, no caso de o infrator:
- 8.8.14.2. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
- 8.8.14.3. pelo período entre 04 (quatro) anos até 05 (cinco) anos, no caso de o infrator:



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEP

8.8.14.4.praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

8.8.14.5.III- pelo período entre 05 (cinco) anos até 06 (seis) anos, caso o infrator:

8.8.14.6.fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou emissão de declaração falsa);

8.8.14.7.existência de sentença judicial condenatória transitada em julgado pela prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou encargos sociais;

8.8.14.8.praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

8.8.15. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, no caso das infrações previstas no art. 8º do Decreto Municipal nº 4039, de 2024, pelo prazo máximo de 06 (seis) anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

8.8.16. O cometimento de mais de 01 (uma) infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente 01 (uma) delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

8.8.17. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.8.18. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.8.19. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

8.8.20. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.8.21. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.10.1. o prazo de validade;
- 8.10.2. a data da emissão;
- 8.10.3. os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;
- 8.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.10.5. o valor a pagar; e
- 8.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE;

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, 01 de abril de 2021.

8.13. A CONTRATANTE deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.13.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- 8.13.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a CONTRATADA a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.18. Nos termos do art. 205 do Decreto Municipal nº 3884/2024.

8.18.1. Os documentos apresentados deverão ser atestados pela fiscalização do contrato que emitirá parecer conclusivo sobre a viabilidade do pagamento diante do cumprimento do objeto e efetiva correspondência com o valor cobrado, devendo ser autuado processo administrativo no qual serão incluídos cópia do contrato e eventuais termos aditivos, cópia da nota de empenho e mapa de controle de execução contratual.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGE**

Prazo de pagamento

8.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.20. No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos a CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.26. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.27. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação da CONTRATANTE.

8.28. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à CONTRATANTE, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.29. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da CONTRATADA (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.30. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (CONTRATADA) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à CONTRATANTE. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

8.31. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto Contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da CONTRATANTE.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PRE-GÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por GRUPO.
- 9.2. Em atendimento ao disposto no art. 82 da Lei nº 14.133, de abril de 2021, verifica-se que o Sistema de Registro de Preços constitui ferramenta opcional para contratações de bens ou serviços quando caracterizada a necessidade de contratações frequentes e de forma parcelada.
- 9.3. Portanto, com base nas razões expostas no ETP e neste TR, **opta-se pela não utilização do Sistema de Registro de Preços**, em conformidade com a legislação vigente.

Regime de Execução

- 9.4. O regime de execução será a prestação de serviços com o fornecimento de materiais sob demanda.

Modo de Disputa

- 9.5. Será adotado neste pregão eletrônico o modo de disputa “ABERTO E FECHADO”, em que as empresas participantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

Da Aplicação da Margem de Preferência

- 9.6. Não será aplicada, na presente contratação, margem de preferência prevista no art. 26 da Lei nº 14.133, 01 de abril de 2021.

Exigências de habilitação

- 9.7. Para fins de habilitação, deverá a empresa participante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.8. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.9. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.10. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.11. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como Empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.12. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

- 9.13. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.14. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 9.15. **Sociedade cooperativa:** não será admitida Sociedade Cooperativa. É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de personalidade e habitualidade.
- 9.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.22. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, bem como do Município de Rio das Ostras, em atendimento à exigência contida no artigo 4º, inciso XIII, da Lei Federal nº 10520/2002;
- 9.22.1. Para as Empresas sediadas no estado do Rio De Janeiro, a Certidão Ativa Estadual deverá ser expedida pela Procuradoria-Geral do Estado.
- 9.22.2. Para as Empresas não sediadas no Estado do Rio de Janeiro, os documentos emitidos pelas Fazenda Estaduais ou do Distrito Federal, do domicílio ou sede da Empresa, deverão comprovar a inexistência ou regularidade tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa ou demonstrar de outra forma documental tal situação fiscal, podendo, para tanto, estarem acompanhados de legislação específica ou informação oficial do órgão fazendário.
- 9.22.3. Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de Dívida Ativa expedida pela Procuradoria Geral do Estado.
- 9.22.4. A prova de regularidade fiscal, exclusivamente em relação ao Município de Rio das Ostras, será verificada pelo Pregoeiro por ocasião da análise da documentação de habilitação, em consulta ao sistema Fiscal do Município, dispensando a apresentação pelas Empresas licitantes.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEP

9.22.4.1. Não será impedida a participação de Empresas sediadas em outras cidades que não constarem no cadastro de contribuintes do Município de Rio das Ostras.

9.23. Caso a Empresa seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.24. A Empresa enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.24.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.24.2. O Não preenchimento da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 90, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, sendo facultado à Administração Pública convocar as empresas remanescentes, na ordem da classificação, para assinatura do Contrato, ou Revogar a Licitação;

Qualificação Econômico-Financeira

9.25. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do CONTRATADA, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.26. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da Empresa - Lei nº 14.133, 01 de abril de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.27. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

9.27.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.27.2. As Empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.27.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. Caso a Empresa CONTRATADA apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.29. As Empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pela Empresa.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

9.31. Certidão (ões) de recuperação judicial e falência expedida (s) pelo (s) distribuidor (es) da sede. A (s) certidão (ões) deverá (ão) vir, acompanhada (s) de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando o (s) distribuidor (es) que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidão (ões) acima.

9.31.1. Será aceita a participação no certame de Empresas que estejam em processo de recuperação judicial, tal como determinado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro nos autos do processo nº 238.968-1/12.

9.31.2. De forma a possibilitar a participação de sociedades empresárias em recuperação judicial, em observância ao princípio da preservação da Empresa (art. 47, Lei nº 11.101/2005) não será causa de inabilitação da mesma a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado/homologado pelo juízo competente quando da entrega da documentação de habilitação.

9.31.3. A falta da declaração oficial da autoridade competente de que trata o item raiz, não inabilitará imediatamente a Empresa, podendo o Pregoeiro realizar diligências ou solicitar documentação idônea que comprove de forma inequívoca a relação de distribuidores da Comarca da sede da mesma, bem como certificar, quando for de seu conhecimento.

Qualificação Técnica

9.32. Atestados de capacidade técnica ou certidões, fornecidas por pessoa jurídica de direito público ou privado, apresentada em papel timbrado da emitente que comprovem a prestação dos serviços pela licitante de maneira satisfatória, compatíveis em características com o objeto desta licitação;

9.32.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.32.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.32.2.1. Identificação e nome comercial da Empresa emitente, juntamente com CNPJ e Inscrição Estadual;

9.32.2.2. Nome, cargo/função, número de telefone e endereço de e-mail da pessoa de contato na Empresa emitente;

9.32.2.3. Data de emissão do atestado;

9.32.2.4. Assinatura do representante legal da Empresa emissora;

9.32.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo no mínimo 50% das quantidades descritas no item **“Serviço de instalação com fornecimento de Cabo óptico com 12 fibras” de mesma complexidade técnica**.

9.32.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.33. A Empresa deverá apresentar registro de pessoa jurídica junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais), em plena validade;

9.34. Capacitação técnico-profissional:

9.34.1. Declaração de possuir em seu quadro permanente de pessoal, na data prevista para a entrega das propostas, pelo menos 1 (um) Responsável(is) Técnico(s) habilitado(s) nas áreas de: Engenharia Elétrica ou Telecomunicações, ou Técnico Industrial em Telecomunicações, relacionando nominalmente cada profissional. O(s) profissional(is) nomeado(s) no documento deverá(ão) constar na Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no seu respectivo conselho profissional como responsável(is) técnico(s) pela Empresa, seja CREA ou CRT.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

9.34.2. A comprovação de vínculo dos Responsáveis Técnicos deverá ser demonstrada por meio de cópia da Carteira de Trabalho e/ou ficha de Registro de Emprego ou diante cópia do ato de investidura no cargo ou cópia do contrato social e suas alterações, em se tratando de sócio, sendo admitida a comprovação do vínculo empregatício do responsável técnico também por meio de contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum, ou, ainda, da declaração de contratação futura de profissional, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional. Para este(s) profissional(is) deverá(ão) ser apresentado(s) registro(s) de pessoa física junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou junto ao CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais), em plena validade;

9.34.3. Experiência comprovada de no mínimo 4 (quatro) anos em redes de cabeamento estruturado;

9.34.4. Os serviços de cabeamento estruturado, em especial com utilização de fibra óptica, envolvem atividades de elevada especialização técnica, tais como dimensionamento e projeto de rede, lançamento e fusão de fibras ópticas, certificação com equipamentos específicos (como OTDR e power meter), organização e identificação conforme normas técnicas, além da integração com ativos de rede e sistemas existentes. Tais atividades exigem maturidade técnica e experiência prática consolidada, não sendo recomendável sua execução por profissionais sem vivência comprovada.

9.34.5. A implantação inadequada de redes de cabeamento pode gerar perda de desempenho, indisponibilidade de serviços públicos essenciais, retrabalho, aumento de custos e comprometimento da segurança da informação. Nesse sentido, a exigência de experiência mínima visa mitigar riscos técnicos e operacionais, assegurando que os serviços sejam executados com qualidade, confiabilidade e aderência às boas práticas do mercado.

9.34.6. Certificação em cabeamento estruturado do mesmo fabricante dos materiais ofertados ou por fabricantes reconhecidos no mercado;

9.35. A Empresa disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela CONTRATANTE, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foi executado o objeto Contratado, dentre outros documentos.

9.36. A Empresa deve fornecer uma declaração expressa em papel timbrado, informando que, em caso de alterações, atualizações ou descontinuidade de modelos, que possam impossibilitar a entrega dos equipamentos e materiais conforme as especificações técnicas solicitadas, a Empresa se compromete a fornecer os itens atualizados e disponíveis no mercado. Estes itens devem possuir especificações técnicas compatíveis ou superiores às solicitadas, sem custos adicionais para o CONTRATANTE, respeitando o decreto de padronização quando solicitado.

9.37. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.38. Os atestados ou certidões recebidas estão sujeitos à verificação do Pregoeiro e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos artigos 169, § 3º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e 337-F do Código Penal.

9.39. O licitante comprovará o conhecimento dos serviços, através da apresentação do Atestado de Comparecimento aos locais e Conhecimento dos Serviços (em Anexo) ou Declaração de Conhecimento dos Serviços (em Anexo), conforme exigências previstas abaixo, objetivando conhecimento das condições, das peculiaridades e das atribuições pertinentes à sua realização, não podendo invocar, posteriormente, nenhum desconhecimento como elemento imperativo da formulação de sua proposta ou cumprimento das obrigações desta licitação.

9.40. Caso a empresa não queira comparecer ao local dos serviços e realizar a visita técnica, ficará desobrigada da apresentação do Atestado de Comparecimento ao Local e Conhecimento dos Serviços, contudo deverá apresentar na



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

ocasião da licitação a Declaração de Conhecimento dos Serviços, não podendo invocar, posteriormente, nenhum desconhecimento como elemento imperativo da formulação de sua proposta ou cumprimento das obrigações assumidas nesta licitação.

9.40.1. A apresentação do Atestado de Comparecimento ao Local e Conhecimento dos Serviços ou a Declaração de Conhecimento dos Serviços é obrigatória.

Lei complementar 123/2006.

9.41. Devido à natureza da contratação, não será possível a utilização da margem exclusiva para ME/EPP.

9.42. Em consulta realizada ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, quanto a aplicação dos dispositivos Lei Complementar 123/2006, à luz das alterações da Lei Complementar 147/2014, através do processo Nº: TC-025129.989.20-8, TC-025128.989.20-9, TC-025130.989.20-5, a matéria fora assim apreciada: Nas licitações públicas destinadas à contratação de serviços com valores superiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil) não deve ser reservada cota de 25% para microempresa e empresa de pequeno porte, visto que o artigo 48, III, da LC nº 123/06, não se aplica às licitações de serviços, mas somente às de compras, quando o objeto licitado possuir natureza divisível.

9.43. O artigo intitulado ME/EPP: licitação exclusiva e cota reservada – operacionalização (LC 123/06 - art. 48, I e III), ao examinar sobre a matéria, esclarecem: De todo modo, constatado que o valor do 'item de contratação' supera o limite assentado para a realização de licitação exclusiva, deverá a Administração verificar o cabimento da estipulação de cota de até 25% do objeto voltado às ME/EPP, o que se encontra vinculado à aquisição de um bem de natureza divisível, não se admitindo mais a contratação de serviço, originalmente prevista na redação do inciso II do artigo 48 da LC 123/06.

9.44. Mediante a dicção das alterações em análise, clarividente a supressão legislativa, permanecendo a prerrogativa de aplicação de cotas reservadas de até 25% do objeto para ME/EPP/MEI, apenas nas compras de bens. Assim, em observância ao princípio da legalidade, a nova disposição da norma afasta da Administração Pública a obrigatoriedade do tratamento diferenciado às microempresas, empresas de pequeno porte e ao microempreendedor individual, no que se refere a licitações em que o objeto seja a contratações de serviços.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 581.715,89 (Quinhentos e oitenta e um mil, setecentos e quinze reais e oitenta e nove centavos), conforme custos unitários e gerais apostos em Anexo.

10.2. A divulgação prévia do orçamento estimado se faz necessária para permitir que os licitantes apresentem propostas economicamente viáveis e compatíveis com a realidade do mercado, evitando, assim, propostas inexequíveis ou superestimadas, o que poderia comprometer a competitividade e a eficiência do certame.

10.3. Tal medida encontra respaldo no inciso XXV do artigo 6º e no artigo 24 da Lei nº 14.133, de abril de 2021, sendo compatível com o princípio da publicidade e da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração.

10.4. Assim, justifica-se a divulgação do orçamento estimado no edital, de modo a garantir a ampla competitividade, a isonomia entre os licitantes e a adequada formulação das propostas.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentaria Anual – LOA 2025.

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEP

Cronograma Físico Financeiro

Serviço: Cabeamento de fibra ótica		
Estimativa de prazo: 12 meses		
Item	Discriminação	1º ao 12º mês
1	Serviço de instalação com fornecimento de Cabo de Fibra Ótica 12 FO.	70%
2	Serviço de instalação com fornecimento de Rack 19 polegadas 8U x 570mm.	12%
3	Serviço de instalação com fornecimento de Distribuidor Interno Óptico (DIO).	12%
4	Serviço de instalação com fornecimento de Cordão Óptico Simplex.	6%
Acumulado:		100%

12. ANEXOS

- 12.1. Anexo I – Lei complementar 123/2006;
- 12.2. Anexo II – Estimativa de valor e disposição dos grupos
- 12.3. Anexo III – Termo de compromisso de manutenção de sigilo de normas de segurança;
- 12.4. Anexo IV – Atestado de comparecimento ao local e conhecimento dos serviços;
- 12.5. Anexo V - Atestado de comparecimento ao local e conhecimento dos serviços;
- 12.6. Anexo VI – Declaração de conhecimento dos serviços;
- 12.7. Anexo VII – Matriz de riscos;
- 12.8. Anexo VIII – Layout do circuito de fibra ótica.

Comissão de contratação	Comissão de contratação	Comissão de contratação
Autoridade Máxima de TIC		
Maurício Soares dos Anjos Mat.:		

Rio das Ostras, 07 de maio de 2026.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF**

ANEXO I – LEI COMPLEMENTAR 123/2006 (DO TERMO DE REFERÊNCIA)

QUESTIONÁRIO PARA FINS DE APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006.

1 – No serviço ou aquisição, caso admita parcelamento, existem itens de valor até R\$ 80.000,00?

A – () Sim

B – (X) Não

2 – Em se tratando de aquisição com item de valor superior a R\$ 80.000,00, é de natureza divisível?

A – (X) Sim

B – (X) Não

C – (X) Não se aplica, pois é prestação de serviço ou o valor de todos os itens são inferiores a R\$ 80.000,00

3 – Em se tratando de serviço ou aquisição que admita parcelamento, com itens de valor até R\$ 80.000,00, a realização de licitação destinada exclusivamente à participação de ME ou EPP:

A – (X) Não será vantajosa

B – (X) Representará prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado

C – () Será perfeitamente aplicável

D – (X) Não se aplica, pois os itens têm valor superior a R\$ 80.000,00

4 – Caso a resposta anterior seja “A” ou “B”, anexar justificativa fundamentada das razões.

Justificativas para a escolha encontram-se neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar em tópico específico.

5 – Em se tratando de aquisição com item superior a R\$ 80.000,00, de natureza divisível, o estabelecimento de cota de até 25% para contratação de ME ou EPP:

A – (X) Não será vantajosa

B – (X) Representará prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado

C – () não se aplica, pois já existe item exclusivo para ME ou EPP com valor igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (§4º do art. 6º da instrução normativa).

D – (X) será perfeitamente aplicável

E – (X) não se aplica, pois é prestação de serviço ou o valor de todos os itens são iguais ou inferiores a R\$ 80.000,00.

6 – Caso a resposta anterior seja “A” OU “B”, anexar justificativa fundamentada das razões.

Justificativas para a escolha encontram-se neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar em tópico específico.

7 – Sendo hipótese de estabelecimento de cota até 25% para contratação de ME ou EPP, anexar a planilha com a cota que lhes será destinada.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEP

ANEXO II – ESTIMATIVA DE VALOR E DISPOSIÇÃO DOS GRUPOS

(DO TERMO DE REFERÊNCIA)

			VALOR	
GRUPO 1				
Item	DESCRIÇÃO SIMPLES	Quant.	Unidade	Total R\$
1	Serviço de instalação de cabo óptico com 12 fibras.	41266,80	Metro	R\$ 163.416,53
2	Fornecimento de cabo óptico com 12 fibras.	41266,80	Metro	R\$ 183.224,59
3	Fornecimento de conjunto de abraçadeira BAP 4.	1465	Unidade	R\$ 78.831,65
4	Fornecimento de alça pré-formada.	2930	Unidade	R\$ 28.215,90
5	Fornecimento de plaqueta de identificação.	2930	Unidade	R\$ 34.281,00
6	Fornecimento de adaptador óptico.	488	Unidade	R\$ 1.708,00
7	Fornecimento de cordão óptico simplex.	18	Unidade	R\$ 424,98
8	Serviço de instalação do Distribuidor Interno Óptico.	18	Unidade	R\$ 12.051,54
9	Fornecimento do Distribuidor Interno Óptico.	18	Unidade	R\$ 12.050,46
10	Serviço de instalação de conjunto de rack 19".	18	Unidade	R\$ 14.242,50
11	Fornecimento de conjunto de rack 19".	18	Unidade	R\$ 16.610,04
12	Placa de sinalização preventiva.	6	Unidade	R\$ 5.402,70
13	Unidade Ref.P/Compl. Adm local.	100	Unidade	R\$ 31.256,00
TOTAL				R\$ 581.715,89



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEP**

ANEXO III – TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO E NORMAS DE SEGURANÇA

(DO TERMO DE REFERÊNCIA)

A Empresa [RAZÃO/DENOMINAÇÃO SOCIAL], pessoa jurídica com sede em [ENDEREÇO], inscrita no CNPJ/MF com o n.º [N.º DE INSCRIÇÃO NO CNPJ/MF], neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, por tomar conhecimento de informações sobre o ambiente computacional do Município de Rio das Ostras, aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo.

O objetivo deste Termo de Confidencialidade e Sigilo é prover a necessária e adequada proteção às informações restritas de propriedade exclusiva das unidades sediadas no Município de Rio das Ostras reveladas à CONTRATADA em razão da execução dos serviços objeto do contrato n.º /2026, doravante denominado simplesmente CONTRATO, bem como assegurar o respeito às normas de segurança vigentes naquele órgão durante a realização dos serviços.

A expressão “informação restrita” abrangerá toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, dentre outros.

A CONTRATADA compromete-se a não reproduzir e/ou dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa do CONTRATANTE, das informações restritas reveladas.

A CONTRATADA compromete-se a não utilizar, bem como a não permitir que seus diretores, consultores, prestadores de serviços, profissionais e/ou prepostos utilizem, de forma diversa da prevista no CONTRATO, as informações restritas reveladas.

A CONTRATADA deverá cuidar para que as informações reveladas fiquem limitadas ao conhecimento dos diretores, consultores, prestadores de serviços, profissionais e/ou prepostos que estejam diretamente envolvidos nas discussões, análises, reuniões e demais atividades relativas à prestação de serviços à CONTRATANTE, devendo cientificá-los da existência deste Termo e da natureza confidencial das informações restritas reveladas.

A CONTRATADA declara conhecer e se compromete a seguir e divulgar entre seus colaboradores envolvidos na execução do CONTRATO a Política Corporativa de Segurança da Informação do CONTRATANTE e normativos correlatos.

A CONTRATADA possuirá ou firmará acordos por escrito com seus diretores, consultores, prestadores de serviços, profissionais e/ou prepostos cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

disposições do presente Termo, conforme especificado no instrumento convocatório do processo licitatório que deu origem ao CONTRATO.

A CONTRATADA obriga-se a informar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer violação das regras de sigilo estabelecidas neste Termo que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

A CONTRATADA obriga-se a informar ao CONTRATANTE a relação de colaboradores que estarão envolvidos na execução do CONTRATO e a fornecer a Declaração de Ciência do Termo de Manutenção de Sigilo e das Normas de Segurança Vigentes de cada colaborador.

A quebra do sigilo das informações restritas reveladas, devidamente comprovada, sem autorização expressa do CONTRATANTE, ou uso inadequado de conta de acesso ao ambiente computacional das Organizações sediadas no Município de Rio das Ostras, possibilitará a imediata rescisão de qualquer contrato firmado com a CONTRATADA sem qualquer ônus para a administração. Nesse caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridas pela CONTRATANTE, inclusive os de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.

O presente Termo tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de acesso às informações restritas da CONTRATANTE.

E, por aceitar todas as condições e as obrigações constantes do presente Termo, a CONTRATADA assina o presente termo através de seus representantes legais.

Rio das Ostras, ____ de _____ de 2026.

[NOME DA CONTRATADA]

Nome:

Nome:



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEP

ANEXO IV – ATESTADO DE COMPARECIMENTO AO LOCAL E CONHECIMENTO DOS SERVIÇOS
(DO TERMO DE REFERÊNCIA)

1ª VIA

Atestamos, para os fins de direito, que temos pleno conhecimento dos serviços a serem realizados, das condições gerais e particulares, e que tomamos ciência das especificações pertinentes ao objeto do **Pregão Eletrônico nº 90024/2026**.

.....
Representante da empresa

Nome:*

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

..... em / /

P/ Governança de Tecnologia da Informação.

- Os campos indicados por asterisco deverão ser preenchidos pelo licitante.

1ª Via Empresa (Habilitação) / 2ª Via Governança de Tecnologia da Informação.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

ANEXO V – ATESTADO DE COMPARECIMENTO AO LOCAL E CONHECIMENTO DOS SERVIÇOS
(DO TERMO DE REFERÊNCIA)

2ª VIA

Atestamos, para os fins de direito, que temos pleno conhecimento dos serviços a serem realizados, das condições gerais e particulares, e que tomamos ciência das especificações pertinentes ao objeto do **Pregão Eletrônico nº 90024/2026**.

.....
Representante da empresa

Nome:*

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

.....

em / /

P/ Governança de Tecnologia da Informação.

- Os campos indicados por asterisco deverão ser preenchidos pelo licitante.

1ª Via Empresa (Habilitação) / 2ª Via Governança de Tecnologia da Informação.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS SERVIÇOS
(DO TERMO DE REFERÊNCIA)

Declaramos que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do objeto licitado no **Pregão Eletrônico nº 90024/2026**, assumindo total responsabilidade pela não realização da visita, não utilizando desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras que venham a onerar a Administração.

.....
Representante da empresa

Nome:*



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

ANEXO VII – MATRIZ DE RISCOS (DO TERMO DE REFERÊNCIA)

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual.

1.2. O Mapa de Gerenciamento de Riscos deve conter a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação, bem como o alcance dos resultados pretendidos com a solução de TIC.

1.3. Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impactos caso o risco ocorra, possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos), a identificação de responsáveis pelas ações, bem como o registro e o acompanhamento das ações de tratamento dos riscos.

1.4. Os riscos identificados no projeto devem ser registrados, avaliados e tratados:

1.5. Durante a fase de planejamento, a equipe de Planejamento da Contratação deve proceder às ações de gerenciamento de riscos e produzir o Mapa de Gerenciamento de Riscos;

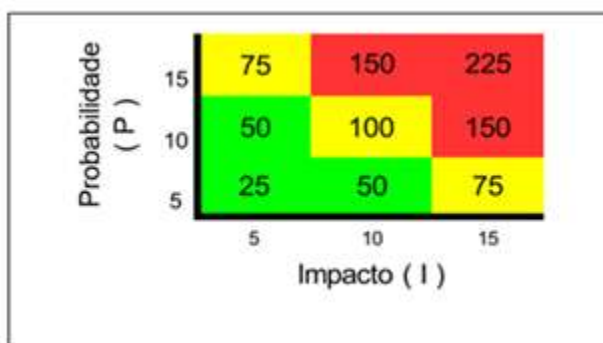
1.6. Durante a fase de Seleção do Fornecedor, o Integrante Administrativo, com apoio dos Integrantes Técnico e Requisitante, deve proceder às ações de gerenciamento dos riscos e atualizar o Mapa de Gerenciamento de Riscos;

1.7. Durante a fase de Gestão do Contrato, a Equipe de Fiscalização do Contrato, sob coordenação do Gestor do Contrato, deverá proceder à atualização contínua do Mapa de Gerenciamento de Riscos, procedendo à reavaliação dos riscos identificados nas fases anteriores com a atualização de suas respectivas ações de tratamento, e proceder também com a identificação, análise, avaliação e tratamento de novos riscos.

1.8. Escala de classificação de probabilidade:

Classificação	Valor
Baixo	5
Médio	10
Alto	15

1.9. A tabela a seguir apresenta a Matriz Probabilidade x Impacto, instrumento de apoio para a definição dos critérios de classificação do nível de risco.





EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

2. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS PRINCIPAIS RISCOS

2.1. A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos identificados e classificados neste documento.

Número	Risco	Relacionado à:	P	I	Nível do Risco (P x I)
R-01	Formalização da Demanda	Planejamento da contratação	10	15	150
R-02	Ausência da Equipe de Planejamento da Contratação	Planejamento da contratação	10	5	50
R-03	Elaboração de Estudos Técnicos Preliminares Deficientes	Planejamento da contratação	5	15	75
R-04	Estimativa de Preço não Reflete os Preços de Mercado	Planejamento da contratação	5	15	75
R-05	Adjudicação / Homologação	Seleção de fornecedor	15	10	150
R-06	Serviços Prestados de Forma Insatisfatória	Gestão contratual	5	15	75
R-07	Fiscalização deficiente	Gestão contratual	5	15	75

2.2. Legenda: P – Probabilidade; I – Impacto.

3. AVALIAÇÃO E TRATAMENTO DOS RISCOS IDENTIFICADOS

Número	Risco	Causa do risco	Fase	Nível do Risco (I x P)
R-01	Formalização da Demanda	Especificação deficiente da demanda.	Planejamento da contratação	Alto
	Impactos			
1	Contratação e execução deficiente do objeto.			
	Ações Preventivas			
P-01	Verificar se o objeto foi especificado adequadamente, contemplando unidade de medida, locais de execução, quantidade e prazo de início.			Responsável: GOVTIC
	Ações de Contingência			
C-01	Havendo erro, devolver para complementação das informações.			Responsável:

Número	Risco	Causa do risco	Fase	Nível do Risco (I x P)
R-02	Ausência da Equipe de Planejamento da Contratação	Descumprimento de formalidade legal.	Planejamento da contratação	Baixo
	Impactos			
1	Ausência de ato designatório da equipe de Planejamento de Contratação			
	Ações Preventivas			
P-01	Verificar se o objeto foi especificado adequadamente, contemplando unidade de medida, locais de execução, quantidade e prazo de início.			Responsável: GOVTIC
	Ações de Contingência			
C-01	Providenciar o ato de designação formal da Equipe de Planejamento.			Responsável:



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEP

Número	Risco	Causa do risco	Fase	Nível do Risco (I x P)
R-03	Elaboração de Estudos Técnicos Preliminares Deficientes	Estudos preliminares deficientes. Escolha de solução ineficaz no ETP e/ou descrição do serviço de forma incompleta ou equivocada no TR. Falta de informações técnicas precisas do departamento demandante. Falta de detalhamento correto da demanda.	Planejamento da contratação	Médio
	Impactos			
1	Licitação fracassada ou deserta ou Contratação ou Execução deficiente.			
2	Valor de referência equivocado, frustrando o certame ou gerando contratação com sobrepreço.			
3	Dificuldade na obtenção de pré-orçamentos com fornecedores e ou inexistência de resultados da pesquisa de preços no software utilizado ou no "Banco de Preços".			
4	Prejuízo ao cronograma de planejamento das licitações.			
5	Necessidade de contratação emergencial, caso o contrato vigente esteja finalizando e não haja possibilidade de renovação (seja por falta de interesse do fornecedor ou por impossibilidade legal).			
6	Necessidade de refazimento do ETP, TR, MR e republicação do edital, gerando retrabalho e atraso no processo.			
7	Contratação errônea que não atende a demanda.			
8	Comprometimento da data de início da prestação dos serviços.			
	Ações Preventivas			
P-01	Elaborar lista de verificação que contemple, no que couber, os requisitos previstos do §1º, Art. nº 24, da IN/MPDG Nº 05, de 26 de Maio de 2017.			Responsável: GOVTIC
P-02	Qualificação dos funcionários do departamento demandante, possibilitando conhecimentos de como confeccionar o ETP, TR e MR e solicitar as demandas necessárias no TR.			Responsável: GOVTIC
P-03	Levantamento pelo departamento demandante das informações técnicas do serviço com fornecedores do mercado e com outros órgãos públicos que se utilizam do mesmo objeto.			Responsável: GOVTIC
P-04	Elaborar o ETP, TR e MR com maior antecedência, caso haja necessidade de alterações, a fim de evitar transtornos ao planejamento.			Responsável: GOVTIC
P-05	Assegurar que as contratações sejam precedidas de ETP e MR, levando em consideração os eventuais erros/dificuldades ocorridas em contratações anteriores.			Responsável: GOVTIC
	Ações de Contingência			
C-01	Corrigir as deficiências detectadas nos estudos preliminares.			Responsável:
C-02	Refazimento do ETP, TR e MR com atualizações das informações necessárias, com republicação do edital.			Responsável:
C-03	Contratação emergencial, caso o contrato vigente esteja finalizando e não haja possibilidade de renovação (seja por falta de interesse do fornecedor ou por impossibilidade legal).			Responsável:



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEP

Número	Risco	Causa do risco	Fase	Nível do Risco (I x P)
R-04	Estimativa de Preço não Reflete os Preços de Mercado	Estudo Técnico Preliminar (ETP), Termo de Referência (TR) e orçamento com informações erradas/equivocadas, que não refletem os preços de mercado.	Seleção de Fornecedor	Médio
Impactos				
1	Valor de referência equivocado, podendo prejudicar a sessão licitatória ocasionando a não participação de fornecedores, podendo o certame ficar deserto ou fracassado.			
2	Necessidade de refazimento do ETP, TR, MR e demais documentos do processo necessários para a republicação do edital, gerando retrabalho e atraso no processo, prejudicando o cronograma.			
3	Contratação de fornecedor com preço superestimado, gerando danos ao erário.			
4	Necessidade de contratação emergencial.			
Ações Preventivas				
P-01	Elaborar o ETP, TR e MR com maior antecedência, caso haja necessidade de alterações, a fim de evitar transtornos ao planejamento, levando em consideração eventuais erros/dificuldades ocorridas em contratações anteriores.			Responsável: GOVTIC
P-02	Assegurar que as contratações sejam precedidas de ETP e MR, levando em consideração os eventuais erros/dificuldades ocorridas em contratações anteriores.			Responsável: GOVTIC
P-03	Realizar pesquisa de preços de acordo com a IN nº 73/2020, A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos parâmetros especificados para o atendimento do serviço a ser contratado. Para este caso específico a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados é a pesquisa de preços de mercado, por se tratar de serviços de engenharia.			Responsável: GOVTIC
P-04	Verificar no ETP e no TR as exigências solicitadas e analisar se são compatíveis para o atendimento do objeto e os valores do mercado.			Responsável: GOVTIC
P-05	Verificar a existência de empresas em condições de executar o serviço a ser contratado.			Responsável: GOVTIC
Ações de Contingência				
C-01	Contratação emergencial, seja por falta de interesse do fornecedor ou por impossibilidade legal.			Responsável: GOVTIC
C-02	Refazimento do ETP, TR e MR com atualizações das informações necessárias, com republicação do edital.			Responsável: GOVTIC
C-03	Refazimento de orçamento e fase de pré-cotações.			Responsável: GOVTIC



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEP

Número	Risco	Causa do risco	Fase	Nível do Risco (I x P)
R-05	Adjudicação / Homologação	Adjudicação/homologação indevida da empresa que não ofertou a proposta mais vantajosa.	Seleção de fornecedor	Alto
	Impactos			
1	Recursos administrativos e judiciais, suspensão, retardamento da finalização ou revogação/anulação da licitação, problema na gestão do contrato.			
	Ações Preventivas			
P-01	Atentar se todos os requisitos do edital foram plenamente atendidos pelas licitantes.			Responsável: GOVTIC
	Ações de Contingência			
C-01	Reavaliação das propostas das empresas licitantes à luz das exigências do edital.			Responsável: GOVTIC

Número	Risco	Causa do risco	Fase	Nível do Risco (I x P)
R-06	Serviços Prestados de Forma Insatisfatória	Fornecedor não apto a cumprir os serviços solicitados, podendo ocorrer por diversos motivos, principalmente por exigências abaixo do requisitado pela demanda da contratação. Execução dos serviços em desacordo com o contrato.	Gestão contratual	Médio
	Impactos			
1	Baixa eficiência e qualidade dos serviços prestados ou Interrupção dos serviços.			
2	Prejuízo ao planejamento de contratações, com atraso no atendimento das demandas institucionais. Caso o fornecedor não cumpra o contrato devidamente mesmo após a notificação extrajudicial, aplicação de multa.			
3	Descumprimento das cláusulas contratuais, gerando rescisão contratual.			
4	Prejuízo ao erário.			
	Ações Preventivas			
P-01	Prever no TR, os documentos comprobatórios de capacidade técnica, conforme normatização da IN 5/17.			Responsável: GOVTIC
P-02	Elaboração detalhada do ETP, TR, MR, IMR, edital e contrato, prevendo todos os itens necessários, a fim de evitar lacunas que possam ocasionar algum benefício indevido ao fornecedor ou prejuízo à Contratante.			Responsável: GOVTIC
P-03	Gestão e fiscalização efetiva dos serviços prestados a fim de prever possíveis problemas/ocorrências. verificar se a empresa terceirizada executou corretamente a coleta e destinou de forma ambientalmente adequada os entulhos retirados resultante dos serviços, mediante documentação comprobatória.			Responsável: GOVTIC
P-04	Estabelecer comunicação com a contratada, informando de maneira clara como devem ser executados os serviços, inclusive com o nível de qualidade esperado, de forma a garantir que a empresa tenha plena ciência do resultado a ser entregue.			Responsável: GOVTIC



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

P-05	Prever no TR e edital, sanções em caso de não cumprimento total ou parcial do serviço.	Responsável: GOVTIC
P-06	Aplicação do IMR (Índice de Medição de Resultados) pela fiscalização de forma efetiva.	Responsável: GOVTIC
Ações de Contingência		
C-01	Comunicação tempestiva e reiterada à empresa para regularização das pendências apontadas.	Responsável: GOVTIC
C-02	Não liberação do pagamento.	
C-03	Formalização de notificação extrajudicial, com a possibilidade de aplicação das sanções previstas em contrato.	Responsável: GOVTIC
C-04	Avaliar a necessidade de abertura de processo sancionador.	Responsável: GOVTIC
C-05	Avaliar a necessidade de rescisão contratual, e a possibilidade de convocação da empresa 2ª colocada no certame, ou a realização de novo processo de licitação.	Responsável: GOVTIC

Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)
R-07	Fiscalização Deficiente	Falta de acompanhamento dos serviços pelos fiscais.	Gestão contratual	Administração	Médio
	Impactos				
1	Entrega de serviços abaixo da qualidade acordada.				
	Ações Preventivas				
P-01	Nomear funcionários para a função de fiscal que tenham capacidade técnica e/ou administrativa.			Responsável: GOVTIC	
P-02	Promover cursos de formação e aperfeiçoamento direcionados aos fiscais.			Responsável: GOVTIC	
	Ações de Contingência				
C-01	Acompanhar a prestação dos serviços "in loco" ou por meio de relatórios, conforme o caso.			Responsável: GOVTIC	
C-02	Adotar uso de documento de controle, anotando todas as tratativas e desdobramentos do acompanhamento da execução contratual.			Responsável: GOVTIC	

4. APROVAÇÃO E ASSINATURA

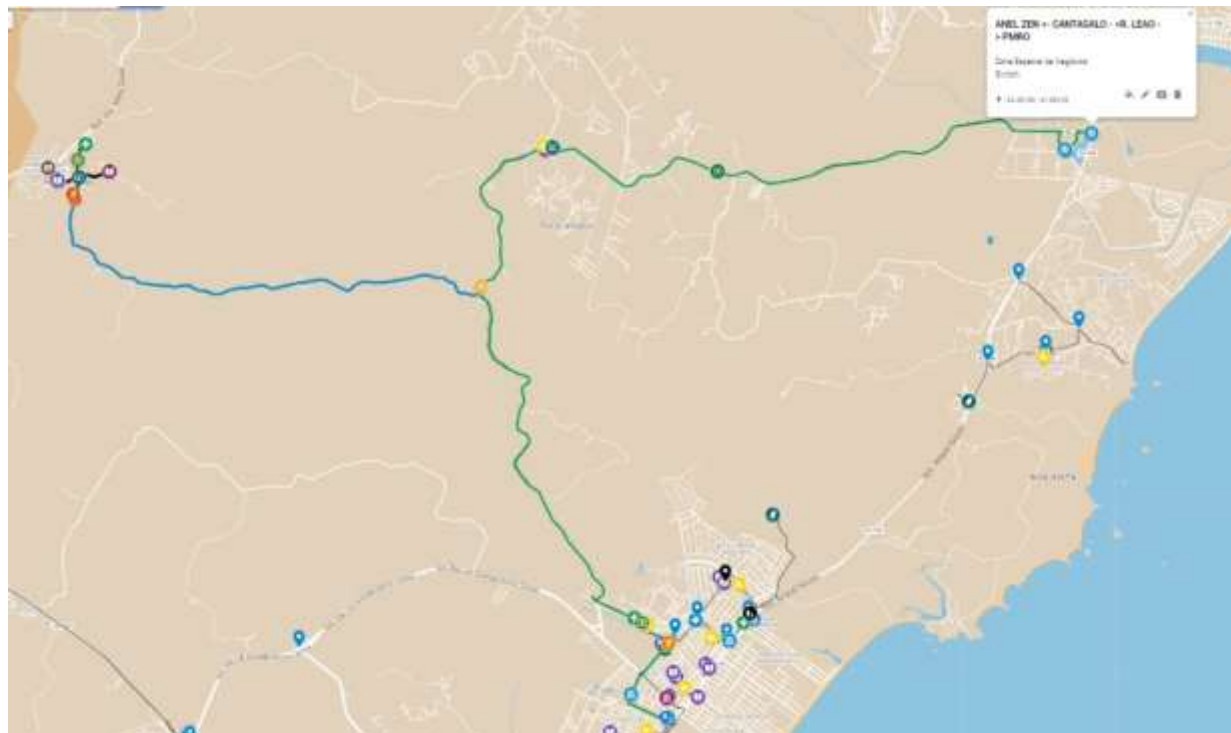
Rio das Ostras, 07 de maio de 2026.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF**

ANEXO VIII – LAYOUT DO CIRCUITO DE FIBRA ÓTICA (DO TERMO DE REFERÊNCIA)





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGE**

ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO Nº XXX/2026

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, ORIUNDO DA LICITAÇÃO REALIZADA NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021, NA FORMA ABAIXO:

O **MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS**, ente de direito público interno, CNPJ nº 39.223.581.0001/66, com sede na Rua Campo de Albacora, nº 75 - Loteamento Atlântica - Rio das Ostras/RJ, doravante denominado **MUNICÍPIO** neste ato representado pelo Secretário de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, Sr. **XXXXXXXXXXXX**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº XXXXXXXX e inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXX, residente e domiciliado no XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX de um lado, e de outro, a **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXX, com sede na Rua XXXXXXXX, nº XXXX. Nº xxx – Bairro xxxx – Cidade, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **xxxxxxxxxxxx**, brasileiro, empresário, portador da Carteira de Identidade xxxxxxxxxxxxxxxx e inscrito no CPF sob o nº xxxxxxxxxxxx, doravante denominada **CONTRATADA**, assinam o presente **CONTRATO**, em conformidade com o resultado do **Pregão Eletrônico nº 90024/2026**, oriundo do **Processo administrativo nº 34441/2021** que se regerá pelas Cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

O objeto do presente instrumento é a **execução de prestação de serviços de instalação de cabeamento óptico em fibra, incluindo a abertura e recomposição da arquitetura de layout, a passagem e instalação da infraestrutura necessária, assim como o lançamento, fusão e documentação dos cabos, com o intuito principal proporcionar acesso à rede corporativa da PMRO em diversas unidades de serviços públicos localizadas principalmente em Cantagalo e Rocha Leão, além das unidades adjacentes no município de Rio das Ostras, RJ, conforme Contrato de Repasse nº 913411/2021/MDR/CAIXA**, nos termos da tabela abaixo, de acordo com condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSERV	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
...						

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

O Termo de Referência;

O Edital da Licitação;

A Proposta do contratado;

Eventuais anexos dos documentos supracitados.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEP

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contado da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Parágrafo Primeiro

O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, sem prejuízo da formalização adequada, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, na forma do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, caso em que deverá o CONTRATANTE providenciar a readequação do cronograma fixado para o Contrato, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

Parágrafo Segundo

O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

Parágrafo Terceiro

O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

Parágrafo Quarto

A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

Parágrafo Quinto

O Repasse Federal nº 913411/2021/MCIDADES/CAIXA produzirá efeitos a partir da assinatura de todas as partes e sua vigência iniciar-se-á na data de sua assinatura, encerrando-se no dia 27 de junho de 2026, possibilitada a sua prorrogação, mediante Termo aditivo e aprovação da CONTRATANTE, com possível corte de verba federal caso não se cumpra no prazo estipulado.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, execução dos serviços, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇO (art. 92, V)

Parágrafo Primeiro

O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

Parágrafo Segundo

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Parágrafo Terceiro

O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF**

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

Considerando o disposto no art. 25, § 8º, da Lei n.º 14133/2021, bem como considerando que o prazo começa a ser contado do orçamento estimado, em **XX/XX/XXXX**, segundo o § 3º do art. 92 da mesma Lei. Os preços inicialmente são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da conclusão do orçamento estimado definitivo.

Parágrafo Primeiro

Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Consumidor Amplo – IPCA (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

a) Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Parágrafo Segundo

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

Parágrafo Terceiro

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Parágrafo Quarto

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

a) Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio do termo aditivo.

Parágrafo Quinto

O reajuste será realizado por apostilamento, ou por aditivo.

Parágrafo Sexto

O reajuste a que a futura contratada fizer jus e não for solicitado durante a vigência do contrato, será objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual, se não houver qualquer ressalva no respectivo termo, ou com o encerramento do contrato.

Parágrafo Sétimo

Os pedidos de reajuste, repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro, conforme o caso, deverão ser respondidos pela Contratante no prazo de 90 (noventa) dias após conclusão da análise final da Controladoria-Geral do Município, devendo a Contratada juntar toda a documentação que for solicitada.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

São obrigações do Contratante:

Parágrafo Primeiro

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

Parágrafo Segundo

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I.

Parágrafo Terceiro

Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF**

Parágrafo Quarto

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

Parágrafo Quinto

Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

Parágrafo Sexto

Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

Parágrafo Sétimo

Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

Parágrafo Oitavo

A Administração terá o prazo de *60 (sessenta) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

Parágrafo Nono

Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30(trinta).

Parágrafo Décimo

Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

Parágrafo Décimo Primeiro

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Parágrafo Décimo Segundo

O contratante fica obrigado a verificar a necessidade permanente de pesquisa de mercado, inclusive antes da formalização da contratação, para aferição da manutenção da vantajosidade dos preços registrados (Art.162, VI, do Decreto Municipal nº 3884/2024).

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Parágrafo Primeiro

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Parágrafo Segundo

Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF**

Parágrafo Terceiro

Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

Parágrafo Quarto

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Parágrafo Quinto

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

Parágrafo Sexto

Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

Parágrafo Sétimo

Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

Parágrafo Oitavo

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

Parágrafo Nono

Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Parágrafo Décimo

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

Parágrafo Décimo Primeiro

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

Parágrafo Décimo Segundo

Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

Parágrafo Décimo Terceiro

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEP

Parágrafo Décimo Quarto

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Décimo Quinto

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

Parágrafo Décimo Sexto

Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

Parágrafo Décimo Sétimo

Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

Parágrafo Décimo Oitavo

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Parágrafo Décimo Nono

Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

Parágrafo Vigésimo

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

Parágrafo Vigésimo Primeiro

A responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos é da empresa contratada para essa finalidade, inclusive a promoção de readaptações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado.

Parágrafo Vigésimo Segundo

Na execução das obras ou serviços de engenharia a empresa contratada deverá registrar os boletins de medição no Transferegov.br. O registro do boletim de medição pela empresa contratada e o ateste pelo fiscal do conveniente, no Transferegov.br, são condições para o conveniente realizar o pagamento da parcela.

Parágrafo Vigésimo Terceiro

Registrar no TRANSFEREGOV o termo de referência, anteprojetos, projetos de engenharia, os documentos de dominialidade do imóvel, o processo licitatório, o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela Administração para a execução do serviço e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com a sua respectiva inscrição ativa no CNPJ, a publicação do termo de homologação e a adjudicação, o extrato do CTEF e seus respectivos aditivos, a ART, RRT ou, quando aplicável, TRT dos anteprojetos, dos projetos, dos executores e da fiscalização de obras, as ordens de serviço ou autorizações de fornecimento e os atestes dos boletins de medição.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF**

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DA CONTRATAÇÃO (art. 96)

O Contrato conta com garantia da contratação, nos moldes do artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, correspondente a 5% (cinco por cento) de seu valor do Contrato.

Parágrafo Primeiro

A CONTRATADA apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

Parágrafo Segundo

Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

Parágrafo Terceiro

A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

Parágrafo Quarto

Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

Parágrafo Quinto

Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

Parágrafo Sexto

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

Parágrafo Sétimo

A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no parágrafo acima, observada a legislação que rege a matéria.

Parágrafo Oitavo

A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica a ser indicada pelo Município, com correção monetária.

Parágrafo Nono

Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEP**

Parágrafo Décimo

No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

Parágrafo Décimo Primeiro

No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

Parágrafo Décimo Segundo

Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de (.....) dias úteis, contados da data em que for notificada.

Parágrafo Décimo Terceiro

O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

Parágrafo Décimo Quarto

O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Parágrafo Décimo Quinto

Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

Parágrafo Décimo Sexto

Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

Parágrafo Décimo Sétimo

A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

Parágrafo Décimo Oitavo

O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

Parágrafo Décimo Nono

O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

Parágrafo Vigésimo

A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

Parágrafo Primeiro

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

Parágrafo Segundo

Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

Parágrafo Terceiro

É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

Parágrafo Quarto

A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

Parágrafo Quinto

Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação de cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

Parágrafo Sexto

É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

Parágrafo Sétimo

O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

Parágrafo Oitavo

O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

Parágrafo Nono

O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

Parágrafo Décimo

Banco de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeitos de responsabilização, em caso de eventuais casos de omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

Parágrafo Décimo Primeiro

O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

Parágrafo Décimo Segundo

Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

Caberá ao MUNICÍPIO fiscalizar a execução deste Contrato, de forma imediata através da Secretaria Municipal de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX. Incumbe à fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios, definidos na legislação pertinente, nas especificações dos serviços, neste Contrato, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas neste Contrato e na legislação em vigor, observado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Primeiro

Os servidores responsáveis pela fiscalização deste contrato, que deverão acompanhar toda execução, bem como atestar a sua realização, serão:

Gestor de contrato: XXXXXXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXX

Fiscal Administrativo: XXXXXXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXX

Fiscal Técnico: XXXXXXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXX

Parágrafo Segundo

Incumbe à fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios, definidos na legislação pertinente, nas especificações dos serviços, neste Contrato, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas no Contrato e na legislação em vigor, observado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, no Decreto Municipal nº 4039, de 2024, e nas demais cominações legais, resguardado o direito à ampla defesa, a Administração poderá aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I- Advertência

II- Multa: a) compensatória; b) de mora.

III- Impedimento de licitar e contratar

IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Primeiro

As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste item poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “a” do inciso II.

Parágrafo Segundo

A sanção de multa será aplicada por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I- Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso injustificado, na entrega de material ou execução de serviços e 1% (um por cento) ao dia após o 15º (décimo quinto) dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente;

II- O atraso na prestação da garantia contratual pelo licitante vencedor ou contratante acarretará a aplicação de multa, nos seguintes termos:

a) atraso de 30 (trinta) dias, contados do termo final para a prestação da garantia: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da garantia;

b) atraso entre 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias, contados do termo final para a prestação da garantia: multa de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor da garantia;

c) atraso superior a 60 (sessenta) dias do termo final para a prestação da garantia: multa de 5% (cinco por cento) do valor da garantia.

III- De 3% (três por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços ou para a contratação direta, para aquele que:



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

- a) na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas;
 - b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - d) tumultuar a sessão pública da licitação;
 - e) descumprir requisitos de habilitação na modalidade pregão, a despeito da declaração em sentido contrário;
 - f) propor recursos e impugnações manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
 - g) deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
 - h) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato, nos termos do inciso XVI, do art. 92, da Lei Federal nº 14.133/2021;
 - i) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
 - j) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
 - k) não devolver os valores pagos indevidamente pelo Contratante;
 - l) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;
 - m) utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
 - n) tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
 - o) deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual-EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
 - p) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;
 - q) deixar de repor funcionários faltosos;
 - r) deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
 - s) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
 - t) deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
 - u) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada.
- IV- De 10% (dez por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços, em caso de:**
- a) inexecução parcial, com ou sem prejuízo para o ente Contratante;
 - b) quando o infrator der causa, respectivamente, à rescisão do contrato ou ao cancelamento da Ata de Registro de Preços.
- V- De 20% (vinte por cento) a 30 % (trinta por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços, em caso de:**
- a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
 - c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
 - d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
 - f) De objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
 - g) dar causa à inexecução total do objeto do contrato, da Ata de Registro de Preços;
 - h) recusa do infrator em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente, salvo se a recusa em assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços for motivada por fato impeditivo relevante, do qual não tenha dado causa ou concorrido negligentemente, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, mediante decisão favorável e motivada da autoridade competente;
 - i) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

Parágrafo Terceiro

A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste instrumento.

Parágrafo Quarto

Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o *caput* e seus incisos para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação.

Parágrafo Quinto

O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

Parágrafo Sexto

A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste instrumento, cumulando-se os respectivos valores.

Parágrafo Sétimo

Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios estabelecido no Decreto Municipal nº 4039, de 2024:

Parágrafo Oitavo

Será aplicada a sanção de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I- Impedimento pelo período de até 01 (um) ano, caso o infrator:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- e) tenha sofrido três penalidades de advertência, relativas ao mesmo contrato, em periodicidade inferior a seis meses;
- f) recuse-se injustificadamente a cumprir os prazos previstos no contrato e/ou na Ata de Registro de Preços;
- g) tumultue a sessão pública de licitação;
- h) dê ensejo ao cancelamento parcial do contrato e/ou da Ata de Registro de Preços;
- i) deixe de devolver os valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;
- j) ofenda agentes públicos no exercício de suas funções, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis;
- k) deixe de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006;
- l) induza em erro a Administração;
- m) seja reincidente na penalidade de multa relativa ao mesmo contrato, em razão de:
 - 1. atraso na execução do objeto;
 - 2. alteração da quantidade ou qualidade do objeto contratado;
 - 3. não entrega, no prazo estipulado pela Administração, dos documentos necessários para a liquidação e pagamento da despesa.
- n) atraso na execução do disposto na Ata de Registro de Preços ou no contrato;

II- Impedimento pelo período entre 01 (um) ano até 02 (dois) anos, caso o infrator:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) a paralisação injustificada do serviço, da obra ou do fornecimento de bens;
- c) à rescisão do contrato e/ou Ata de Registro de Preços;
- d) recusa em contratar dentro do prazo de validade da proposta;
- e) não manutenção da proposta, durante o seu prazo de validade.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

III- Impedimento pelo período entre 02 (dois) anos até 03 (três) anos, caso o infrator:

- a) der causa à inexecução total do contrato;
- b) entregue mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;
- c) apresente documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações ou contratações diretas, no momento da contratação ou durante a execução do contrato;
- d) ofereça vantagens a agentes públicos com o fim de obter benefícios indevidos;
- e) comportamento inidôneo;
- f) apresentação de documentação falsa;
- g) falha ou fraude na execução do contrato;
- h) fraude fiscal.

Parágrafo Nono

A aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar por outras esferas governamentais não produz efeitos diretos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município.

Parágrafo Décimo

Será aplicada a sanção de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR** com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de seis anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I- Pelo período entre 03 (três) anos até 04 (quatro) anos, no caso de o infrator:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

II- Pelo período entre 04 (quatro) anos até 05 (cinco) anos, no caso de o infrator:

- a) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

III- Pelo período entre 05 (cinco) anos até 06 (seis) anos, caso o infrator:

- a) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou emissão de declaração falsa);
- b) existência de sentença judicial condenatória transitada em julgado pela prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou encargos sociais;
- c) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

Parágrafo Décimo Primeiro

Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, no caso das infrações previstas no art. 8º do Decreto Municipal nº 4039, de 2024, pelo prazo máximo de 06 (seis) anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo Décimo Segundo

O cometimento de mais de 01 (uma) infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente 01 (uma) delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

Parágrafo Décimo Terceiro

A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Parágrafo Décimo Quarto

Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida,



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Parágrafo Décimo Quinto

Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

Parágrafo Décimo Sexto

O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Parágrafo Décimo Sétimo

A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

Parágrafo Primeiro

O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Parágrafo Segundo

Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

Parágrafo Terceiro

Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

Parágrafo Quarto

O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

Parágrafo Quinto

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Parágrafo Sexto

Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo Sétimo

O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- I - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- II - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- III - Indenizações e multas.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF**

Parágrafo Oitavo

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Parágrafo Nono

O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021)."

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Secretaria Municipal de Governança e Transformação Digital deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I - Fonte de Recursos:
- II - Programa de Trabalho:
- III - Elemento de Despesa:
- IV - Nota de Empenho:

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e o Decreto Municipal 3884/2024 como legislação aplicável, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Primeiro

O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo Segundo

As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do jurídico do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Terceiro

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF**

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (art. 92, §1º)

Fica eleito o Foro da Justiça do Município de Rio das Ostras para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Rio das Ostras, XX de XXXXX de 2026.

P/ SECRETARIA DE FAZENDA

P/ CONTRATADA

Testemunhas:



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

ANEXO III – CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE

CATSER - 13692					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Serviço de instalação de cabeamento óptico em fibra, incluindo a abertura e recomposição da arquitetura de layout, a passagem e instalação da infraestrutura necessária, assim como o lançamento, fusão e documentação dos cabos, com o intuito principal proporcionar acesso à rede corporativa serviços de instalação de cabeamento óptico em fibra, incluindo a abertura e recomposição da arquitetura de layout, a passagem e instalação da infraestrutura necessária, assim como o lançamento, fusão e documentação dos cabos, com o intuito principal proporcionar acesso à rede corporativa.	Serviço	1	R\$ 581.715,89	R\$ 581.715,89
DETALHAMENTO					
1.1	Serviço de instalação de cabo óptico com 12 fibras. Requisitos mínimos obrigatórios: autossustentável para lançamento entre vãos de pelo menos 80 metros; núcleo seco; ABNT NBR 14160 e certificação ANATEL; possuir impresso na capa externa: nome do fabricante, marca do produto, data de fabricação, número do lote de fabricação; identificação em cada poste e ponto de emenda.	M	41.266,80	R\$ 3,96	R\$ 163.416,53
1.2	Fornecimento de cabo óptico com 12 fibras ASU12FO, autossustentável para lançamento entre vãos de pelo menos 80 metros; núcleo seco; ABNT NBR 14160 e certificação ANATEL; possuir impresso na capa externa: nome do fabricante, marca do produto, data de fabricação, número do lote de fabricação; identificação em cada poste e ponto de emenda. Considerando 8% de perda devido curva de dilatação térmica.	M	41.266,80	R\$ 4,40	R\$ 183.224,59
1.3	Fornecimento de conjunto abraçadeira BAP número 4 para equipagem de poste.	UN	1.465	R\$ 53,81	R\$ 78.831,65
1.4	Fornecimento de alça pré-formada para cabo óptico CCE-AFL-7,40 ASU80.	UN	2.930	R\$ 9,63	R\$ 28.215,90
1.5	Fornecimento de plaqueta de identificação para cabo óptico em PVC rígido.	UN	2.930	R\$ 11,70	R\$ 34.281,00
1.6	Fornecimento Adaptadores ópticos SC/APC.	UN	488	R\$ 3,50	R\$ 1.708,00
1.7	Fornecimento Cordão óptico simplex monomodo LC/UPC x SC/APC 3mm 2 metros. Suporta as principais aplicações segundo normas IEEE 802.3 (Gigabit e 10 Gigabit Ethernet), ANSI T11.2 (Fibre Channel) e ITU-T-G-984; Montado e testado 100% em fábrica; Garantia padrão do fabricante.	UN	18	R\$ 23,61	R\$ 424,98
1.8	Serviço de instalação de Distribuidor Interno Óptico 19" (DIO). Requisitos mínimos obrigatórios: completo e fusionado; com 24 adaptadores ópticos SC/APC.	UN	18	R\$ 669,53	R\$ 12.051,54



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

1.9	Fornecimento do Distribuidor Interno Óptico 19" 24 FO (DIO).	UN	18	R\$ 669,47	R\$ 12.050,46
1.10	Serviço de instalação de conjunto de Rack 19 polegadas 8U x 570mm.	UN	18	R\$ 791,25	R\$ 14.242,50
1.11	Fornecimento de conjunto de Rack 19 polegadas 8U x 570mm. Requisitos mínimos obrigatórios: Porta frontal de acrílico possuindo fechadura com duas chaves; Laterais removíveis em chapa de aço; primeiro plano móvel para montagem com furações para porca do tipo gaiola; fabricado em estrutura de perfil de alumínio ou aço; possuir aberturas no teto e na base para passagem de cabos; possuir uma régua padrão 19 polegadas com oito tomadas 2P+T – 10 amperes padrão NBR 14136; Fabricado em perfil de alumínio ou aço e laterais removíveis em chapa de aço carbono; Fornecido com no mínimo 32(trinta e dois) conjuntos composto por porca gaiola construída em chapa de aço, bi-cromatizada e parafuso philips niquelado; acabamento com pintura na cor preto padrão RAL 9011; Garantia padrão do fabricante.	UN	18	R\$ 922,78	R\$ 16.610,04
1.12	Placa de sinalização preventiva para obra na via pública, de acordo com a resolução da Prefeitura-RJ, compreendendo fornecimento e pintura da placa e dos suportes de madeira. Fornecimento e colocação.	UN	6	R\$ 900,45	R\$ 5.402,70
1.13	Unidade Ref.P/Compl. Adm local, Considerando: Consumo água, telefone, energia elétrica, material limpeza, escritório, computadores, licença de obras, móveis, utensílios, ar condicionado, bebedouro, ART, RRT, fotografias, uniformes, diárias, exames admissionais e periódicos demissionais, cursos capacitação e treinamento, itens complementem desp. necess. excl. desp. com café da manhã, refeição, cesta básica e vale transporte.	UR	100	R\$ 312,56	R\$ 31.256,00
TOTAL GERAL					R\$ 581.715,89



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

ANEXO IV – PROPOSTA DE PREÇOS

CATSER - 13692					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Serviço de instalação de cabeamento óptico em fibra, incluindo a abertura e recomposição da arquitetura de layout, a passagem e instalação da infraestrutura necessária, assim como o lançamento, fusão e documentação dos cabos, com o intuito principal proporcionar acesso à rede corporativa.	Serviço	1		
1.1	Serviço de instalação de cabo óptico com 12 fibras. Requisitos mínimos obrigatórios: autossustentável para lançamento entre vãos de pelo menos 80 metros; núcleo seco; ABNT NBR 14160 e certificação ANATEL; possuir impresso na capa externa: nome do fabricante, marca do produto, data de fabricação, número do lote de fabricação; identificação em cada poste e ponto de emenda.	M	41.266,80		
1.2	Fornecimento de cabo óptico com 12 fibras ASU12FO, autossustentável para lançamento entre vãos de pelo menos 80 metros; núcleo seco; ABNT NBR 14160 e certificação ANATEL; possuir impresso na capa externa: nome do fabricante, marca do produto, data de fabricação, número do lote de fabricação; identificação em cada poste e ponto de emenda. Considerando 8% de perda devido curva de dilatação térmica.	M	41.266,80		
1.3	Fornecimento de conjunto abraçadeira BAP número 4 para equipagem de poste.	UN	1.465		
1.4	Fornecimento de alça pré-formada para cabo óptico CCE-AFL-7,40 ASU80.	UN	2.930		
1.5	Fornecimento de plaqueta de identificação para cabo óptico em PVC rígido.	UN	2.930		
1.6	Fornecimento Adaptadores ópticos SC/APC.	UN	488		
1.7	Fornecimento Cordão óptico simplex monomodo LC/UPC x SC/APC 3mm 2 metros. Suporta as principais aplicações segundo normas IEEE 802.3 (Gigabit e 10 Gigabit Ethernet), ANSI T11.2 (Fibre Channel) e ITU-T-G-984; Montado e testado 100% em fábrica; Garantia padrão do fabricante.	UN	18		
1.8	Serviço de instalação de Distribuidor Interno Óptico 19" (DIO). Requisitos mínimos obrigatórios: completo e fusionado; com 24 adaptadores ópticos SC/APC.	UN	18		



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34441/2021 – SEGEF

1.9	Fornecimento do Distribuidor Interno Óptico 19" 24 FO (DIO).	UN	18		
1.10	Serviço de instalação de conjunto de Rack 19 polegadas 8U x 570mm.	UN	18		
1.11	Fornecimento de conjunto de Rack 19 polegadas 8U x 570mm. Requisitos mínimos obrigatórios: Porta frontal de acrílico possuindo fechadura com duas chaves; Laterais removíveis em chapa de aço; primeiro plano móvel para montagem com furações para porca do tipo gaiola; fabricado em estrutura de perfil de alumínio ou aço; possuir aberturas no teto e na base para passagem de cabos; possuir uma régua padrão 19 polegadas com oito tomadas 2P+T – 10 amperes padrão NBR 14136; Fabricado em perfil de alumínio ou aço e laterais removíveis em chapa de aço carbono; Fornecido com no mínimo 32(trinta e dois) conjuntos composto por porca gaiola construída em chapa de aço, bi-cromatizada e parafuso philips niquelado; acabamento com pintura na cor preto padrão RAL 9011; Garantia padrão do fabricante.	UN	18		
1.12	Placa de sinalização preventiva para obra na via pública, de acordo com a resolução da Prefeitura-RJ, compreendendo fornecimento e pintura da placa e dos suportes de madeira. Fornecimento e colocação.	UN	6		
1.13	Unidade Ref.P/Compl. Adm local, Considerando: Consumo água, telefone, energia elétrica, material limpeza, escritório, computadores, licença de obras, móveis, utensílios, ar condicionado, bebedouro, ART, RRT, fotografias, uniformes, diárias, exames admissionais e periódicos demissionais, cursos capacitação e treinamento, itens complementem desp. necess. excl. desp. com café da manhã, refeição, cesta básica e vale transporte.	UR	100		
TOTAL GERAL R\$					

No caso de divergência entre a especificação contida neste edital e no Sistema Compras.gov.br, prevalecerá a descrita neste edital.

Para cálculo da Proposta de Preços deve-se utilizar o truncamento em todas as multiplicações com apenas duas casas decimais, no Valor Unitário pelo quantitativo.